

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SINTRA**
Entrada n.º: 92
Data: 16 MAI 2019



Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra

Dr. Sérgio Sousa Pinto

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência
GAOM

Data
16.05.2019

ASSUNTO: Proposta n.º 420-P/2019

«Aprovar o Projeto de Revisão do Regulamento do "Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.»

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião de Câmara realizada a 16 de maio de 2019.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta



ATENDIMENTO MUNICIPAL 219238642/8606

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais

Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra / Telefones: +351 219238642/8606 gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

31

Nos termos do Art.º 57.º, n.ºs 3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; artigo 34.º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária e Pública de 30 de outubro de 2017 que aprovou por unanimidade a Proposta n.º 824-P/2017, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião Ordinária de 16-05-2019**.

Proposta nº 420-P/2019, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO:

Aprovada por unanimidade.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 16 de maio de 2019.

O Presidente


Basílio Horta

O Coordenador Técnico


Vitor Castro



PROPOSTA Nº 400 - P / 2019

Considerando que:

- As antiguidades e velharias constituem exemplos vivos de um passado, mais ou menos recente, que importa preservar, sendo cada vez maior o número de pessoas que manifestam interesse pela aquisição de «objectos com história»;
- Com o objectivo de criar um mercado de antiguidades e velharias, bem como de artesanato, a Câmara Municipal elaborou as normas do seu funcionamento através do Regulamento Municipal do "Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra", a realizar periodicamente no Jardim da Correnteza, na Vila de Sintra;
- A Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal e integrando o Parecer da Comissão Especializada de Assuntos Sociais da Assembleia Municipal, aprovou em 26 de Novembro de 2010, o Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra;
- Decorridos mais de sete anos após a aprovação do Regulamento, tornou-se necessário reponderar algumas das opções tomadas, tendo em conta a experiência obtida no âmbito da respectiva aplicação pelos serviços desde a sua entrada em vigor;
- A título meramente exemplificativo, tornou-se necessário densificar, à imagem do que já se verifica no Regulamento de Taxas e outras Receitas do Município de Sintra, que a participação no Mercado "Brocante" se encontra sujeita a uma taxa municipal que funcione, não só como sinalagma pela utilização do espaço público, como um factor de desincentivo ao absentismo dos participantes inscritos;

Reunião de

16 MAIO 2019

Docº Agendado com o
Nº 31

1



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



- Em termos da localização geográfica do Mercado Brocante deve existir uma razoável flexibilidade que permita a sua extensão a outras áreas limítrofes ao Jardim da Correnteza ou mesmo à sua deslocalização no âmbito geográfico da Vila de Sintra;
- Se Constatou a necessidade de aprimorar o Capítulo do Regulamento referente à Fiscalização e Tutela da Legalidade;
- As mostras de artesanato não constituem eventos destinados ao exercício da actividade de comércio a retalho não sedentário, designadamente de venda ambulante, encontrando-se legalmente excepcionada de tal previsão genérica pela alínea c) do n.º 1 do artigo 74.º do Regime de acesso e de exercício de diversas actividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro;
- Nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, o subscritor decidiu que se procedesse aos trabalhos de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra;
- Decorreu a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 98.º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra em 25 de Outubro de 2018;
- Entre 25 de Outubro de 2018 e 25 de Novembro de 2018, verificou-se o período de constituição de interessados nos termos legais;
- De 25 de Outubro de 2018 a 18 de Janeiro de 2019, período que excedeu o período referido no parágrafo anterior, não se verificou a constituição de quaisquer interessados;

Reunião de

16 MAIO 2019

Doc.º Agendado com o
Nº 39



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



- Os trabalhos de Revisão do Regulamento decorreram, como determinado pelo subscritor, através da Divisão de Assuntos Jurídicos, com a colaboração da Divisão de Licenciamento das Actividades Económicas;
- Inexistindo interessados constituídos não se verificou a respectiva audição, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo;
- O projecto de Revisão do Regulamento foi submetido por 30 dias a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º 4564 / 2019, na II Série do Diário da República, n.º 54 de 18 de Março de 2019, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal;
- Participou com contributos o Senhor José Carneiro de Almeida;
- Foram considerados alguns dos contributos tidos por pertinentes.

Tenho a honra de propôr que :

A Câmara Municipal de Sintra delibere, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, o projecto de **Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra**, em anexo à presente Proposta e que desta faz parte integrante para todos os efeitos legais.

Paços do Concelho de Sintra, 13 de 05 de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA


(Basílio Horta)



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL

Reunião de

16 MAIO 2019

Docº Agendado com o
Nº 31

N.º SM 20129/2019

Sintra, 09-05-2019 11:18:19

Assunto: PROJECTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO DO "MERCADO BROCANTE" E DO
ARTESANATO DE SINTRA – PROCESSO JURÍDICO Nº 636/2018

CARLOS MANUEL
PINHEIRO DA SILVA
BORDADO

Digitally Signed by CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO
DN: CN=CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO, SERIALNUMBER=DCPT-05314598,
Title=Tratado Superior, OU=Divisão de Assuntos Jurídicos,
O=Município de Sintra, C=PT
Reason: Preencher
Date: 2019-05-09T10:21:56

Exm.ª Sr.ª Diretora

Concordo, observada que está a tramitação legalmente estabelecida nos artºs 98.º e 101.º do CPA e verificando-se que o Projeto de Revisão do Regulamento do "Mercado Brocante" e do Artesanato, reúne as necessárias condições para ser submetido a deliberação do Executivo, propõe-se submeter o mesmo à consideração do Exmo. Sr. Vereador Eduardo Quinta Nova tendo em vista a sua remessa ao Exmº Senhor Presidente para, caso concorde, subscrição de proposta.

À consideração superior,

Lúcia de Fátima
Barreira Dias Vargas

Digitally Signed by Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas
DN: CN=Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas, SERIALNUMBER=DCPT-10065879, Title=Chefe de Divisão, OU=Certificado para Pessoa Singular,
OU=Divisão de Assuntos Jurídicos, O=Município de Sintra, C=PT
Reason: Preencher
Date: 2019-05-09T10:51:28

Exmo. Senhor Presidente,

Concordo, cumprindo submeter o projeto de revisão do Regulamento do "Mercado Brocante" e de Artesanato, a deliberação do executivo, ao abrigo do disposto nos artº 33.º 1 k) da Lei 75/2013, proponho a submissão à consideração de VExa. anexando-se a proposta para o efeito.

Todavia, à consideração de VExa.

Sandra Isabel
Magno de Brito

Digitally Signed by Sandra Isabel Magno de Brito
DN: CN=Sandra Isabel Magno de Brito, SERIALNUMBER=DCPT-08561006, Title=Juizeta,
OU=Certificado para Pessoa Singular, OU=Divisão de Assuntos Jurídicos, O=Município de Sintra, C=PT
Reason: Despacho
Date: 2019-05-09T12:18:19

Reunião de

16 MAIO 2019

Doctº Agendado com o

Nº 31



Informação – Proposta n.º 20129

Sintra, 9.MAI.2019

**ASSUNTO: PROJECTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO DO
“MERCADO BROCANTE” E DO ARTESANATO DE SINTRA – PROCESSO
JURÍDICO Nº 636/2018**

De: Técnico Superior Jurista Carlos Bordado

Para: Exma. Senhora Chefe da DJUR, Dra. Lúcia Vargas

A Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal e integrando o Parecer da Comissão Especializada de Assuntos Sociais da Assembleia Municipal, aprovou em 26 de Novembro de 2010, o Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra.

Decorridos mais de sete anos após a aprovação do Regulamento supra, tornou-se necessário reponderar algumas das opções tomadas, tendo em conta a experiência obtida no âmbito da respectiva aplicação desde a sua entrada em vigor.

Assim, a título meramente exemplificativo, realce-se que se torna necessário densificar nesta sede, à imagem do que já se verifica no Regulamento de taxas e outras Receitas do Município de Sintra que a participação no Mercado "Brocante" se encontra sujeita a uma taxa municipal que funcione, não só como sinalagma pela utilização do espaço público, como um factor de desincentivo ao absentismo dos participantes inscritos.

Ainda de dar nota que em termos da localização geográfica do Mercado Brocante deve existir uma razoável flexibilidade que permita a sua extensão a outras áreas limítrofes ao Jardim da Correnteza ou mesmo à sua deslocalização no âmbito geográfico da Vila de Sintra.

Constatou-se a necessidade de ser aprimorado o Capítulo referente à Fiscalização e Tutela da Legalidade.

Cumpre finalmente referir que as mostras de artesanato não constituem eventos destinados ao exercício da actividade de comércio a retalho não sedentário, designadamente de venda ambulante, encontrando-se legalmente excepcionada de tal previsão genérica pela alínea c) do nº 1 do artigo 74.º do Regime de acesso e de exercício de diversas actividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro.

Reunião de

16 MAIO 2019

Doctº Agendado com o

Nº

31

Ao abrigo da competência delegada constante do n.º 1 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, o Presidente da Câmara decidiu, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, que se procedesse aos trabalhos de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra.

Decorreu a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 98.º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra em 25 de Outubro de 2018.

Entre 25 de Outubro de 2018 e 25 de Novembro de 2018, verificou-se o período de constituição de interessados nos termos legais.

De 25 de Outubro de 2018 a 18 de Janeiro de 2019, período que excedeu o período referido no parágrafo anterior, não se verificou a constituição de quaisquer interessados.

Os trabalhos de Revisão do Regulamento decorreram, como determinado pelo Presidente da Câmara através da Divisão de Assuntos Jurídicos, com a colaboração da Divisão de Licenciamento das Actividades Económicas.

Inexistindo interessados constituídos não se verificou a respectiva audição, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

O projecto de Revisão do Regulamento foi submetido por 30 dias a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º 4564 / 2019, na II Série do Diário da República, n.º 54 de 18 de Março de 2019, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal.

Participou com contributos o Senhor José Carneiro de Almeida, tendo sido considerados alguns dos contributos tidos por pertinentes.

Face ao exposto, julga-se – s.m.o. – que o Projecto em epígrafe se encontra em condições para ser deliberado pela Câmara Municipal de Sintra e posteriormente aprovado pela Assembleia Municipal de Sintra sob proposta daquela.

Reunião de

16 MAIO 2019

Doctº Agendado com o

Nº

31

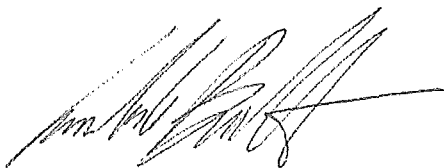
CONCLUINDO:

Atento o exposto sou de propor a V.Exa. que o **“Projecto de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra”**, caso mereça a concordância de V.Exa. e da hierarquia seja sujeito ao superior critério do Exmº Senhor Presidente da Câmara para deliberação do Executivo Municipal.

Para o efeito junto minuta de Proposta Formal tendo em vista deliberação do Executivo Municipal sobre o mesmo, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º ambas do mesmo Regime.

À Consideração Superior.

O Técnico Superior Jurista



(Carlos Bordado)

Reunião de

16 MAIO 2019

Doctº Agendado com o

Nº 31



MOTIVOS

PROJECTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO DO "MERCADO BROCANTE" E DO ARTESANATO DE SINTRA

Em Julho de 2018 em cumprimento de despacho do Senhor Presidente da Câmara a Divisão de Licenciamento de Actividades Económicas efectuou um levantamento "in loco" do "Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra", que se realiza periodicamente no Jardim da Correnteza, na Vila de Sintra.

O "Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra" tem vindo a reger a sua actividade pelo Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra, aprovada pela Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal e integrando o Parecer da Comissão Especializada de Assuntos Sociais da Assembleia Municipal, aprovou em 26 de Novembro de 2010.

Do levantamento efectuado foram constatadas diversas situações de desrespeito pelo Regulamento do "Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra" e outras que implicavam a alteração das normas existentes.

Impunha-se, assim, rever o Regulamento de 2010, reponderando algumas das opções tomadas, tendo em conta a experiência obtida no âmbito da respectiva aplicação desde a sua entrada em vigor.

A título meramente exemplificativo, refira-se que:

Ao longo de todo o Regulamento, quanto às decisões atinentes à gestão do "Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra" efectua-se a remissão das competências para o Eleito que detenha as actividades económicas, área na qual o mesmo se integra.

Reunião de

16 MAIO 2019

Doctº Agendado com o

Nº

31



Em termos da localização geográfica do “Mercado Brocante” deve existir uma razoável flexibilidade que permita a sua extensão a outras áreas limítrofes ao Jardim da Correnteza ou mesmo à sua deslocalização no âmbito geográfico da Vila de Sintra, matéria que, desde logo é reflectida no **n.º 2 do artigo 1.º**

No **artigo 2.º** é feita a remissão orgânica da gestão do “Mercado Brocante” para a DLAE, ou para a unidade orgânica que, em termos de Estrutura Municipal, tenha essa incumbência.

Foi reajustada a periodicidade do evento, prevendo-se a possibilidade de realização do mesmo no 5º sábado de cada mês e criados dois horários distintos, consoante as estações do ano, de acordo com os **n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º**.

Existindo uma taxa única de participação, verifica-se o reajustamento técnico da medida pela qual são atribuídos os espaços, deixando de ser contabilizados os m2 ocupados e passando a ser considerados os metros lineares de frente, nos termos dos **n.ºs 1 e 6 do artigo 4.º**.

Como decorre do **artigo 4.º-A** densificou-se no texto revisto, à imagem do que já se verifica no Regulamento de Taxas e outras Receitas do Município de Sintra, que a participação no Mercado “Brocante” se encontra sujeita a uma taxa municipal que funcione, não só como sinalagma pela utilização do espaço público, como um factor de desincentivo ao absentismo dos participantes inscritos.

Foram aprimorados os procedimentos de atribuição dos espaços de venda, tornando obrigatório um procedimento público e transparente quando mais de 30% dos lugares do Mercado Brocante estiverem vagos, como é consagrado no **artigo 5.º**.

É considerada como causa de caducidade do direito de ocupação do espaço de venda o não pagamento das taxas que forem devidas, nos termos da **alínea g) do artigo 9.º**.

Reunião de

16 MAIO 2019

Doctº Agendado com o

Nº 31



No **artigo 11.º** relativo à publicidade sonora e música é aberta a possibilidade de existir animação do espaço promovida pela Câmara Municipal de Sintra.

No **artigo 12.º** é feita referência à obrigação dos titulares dos espaços promoverem a respectiva limpeza aquando do levantamento do Mercado, articulando tal obrigação com o disposto no Regulamento de Resíduos Sólidos.

Nos documentos de apresentação obrigatória é incluído a *"abertura da actividade junto da Autoridade Tributária e Aduaneira"* e nos deveres dos vendedores passa a figurar *"ter a respectiva situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira"*, de acordo com o previsto na **alínea d) do nº1 do artigo 14.º e alínea g) do artigo 16.º**

Na **alínea c) do artigo 16.º** consagra-se ainda como dever a obrigação de urbanidade e respeito, necessária à sã convivência no âmbito do Mercado.

No **artigo 15.º** referente ao *"Dever de Assiduidade"* é criada na alínea c) do nº 3 a possibilidade de justificar a ausência por férias ou por *"... outro motivo pessoal, devidamente fundamentado e que impossibilite a sua participação"*, sendo referido no n.º5 que as ausências *"...não precludem a obrigação do pagamento da taxa nem dão lugar à sua devolução"*.

Todo o **Capítulo IV** do Regulamento, relativo à Fiscalização e Tutela da Legalidade, é revisto, sendo reformulados (quase totalmente) ou introduzidos novos artigos sobre:

- **Artigo 18.º - Fiscalização;**
- **Artigo 18.º- A – Apreensão cautelar;**
- **Artigo 18.º-B – Regras de conduta e responsabilidade;**
- **Artigo 18.º-C – Procedimentos Coercivos e Tutela da Legalidade;**
- **Artigo 18.º-D – Estado de Necessidade Administrativa.**

Reunião de

16 MAIO 2019

Doctº Agendado com o
Nº 31



Todo o **Capítulo V** do Regulamento, relativo a Sanções, é revisto, sendo reformulados (quase totalmente) ou introduzidos novos artigos sobre:

- **Artigo 19.º - Contra-ordenações e Coimas;**
- **Artigo 20.º - Sanções Acessórias;**
- **Artigo 20.º-A – Retribuição Mínima Mensal Garantida;**
- **Artigo 20.º-B – Reincidência;**
- **Artigo 21.º - Processo contra-ordenacional;**
- **Artigo 22.º-A – Responsabilidade civil e criminal;**
- **Artigo 22.º - B – Cumprimento do dever omitido.**

No **Capítulo VI** referente às Disposições Finais e Transitórias foi somente alterado o artigo 25.º relativo à entrada em vigor do Regulamento, adequando-o ao actual CPA.

Sintra, 9 de Maio de 2019

O Técnico Superior Jurista

CARLOS
MANUEL
PINHEIRO DA
SILVA BORDADO

Assinado de forma digital por CARLOS
MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO
DN: c=PT, o=MUNICÍPIO DE SINTRA,
ou=DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS,
ou=Certificado para Pessoa Singular,
Nº=1 Técnico Superior,
serialNumber=IDCPT-05314599,
cn=CARLOS MANUEL PINHEIRO DA
SILVA BORDADO
Dados: 2019.05.09 10:26:12 +01'00'

(Carlos Bordado)

Reunião de

16 MAIO 2019

Doctº Agendado com o

Nº

31



**PROJECTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO
DO MERCADO "BROCANTE" E DO ARTESANATO DE SINTRA**

DELIBERADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA EM

APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA EM DE DE 20.....



PREAMBULO

As antiguidades e velharias constituem exemplos vivos de um passado, mais ou menos recente, que importa preservar, sendo cada vez maior o número de pessoas que manifestam interesse pela aquisição de «objectos com história».

Com o objectivo de criar um mercado de antiguidades e velharias, bem como de artesanato, a Câmara Municipal propõe-se aprovar as normas do seu funcionamento através do presente Regulamento Municipal do "Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra", a realizar periodicamente no Jardim da Correnteza, na Vila de Sintra.

Assim, nos termos do disposto no artigo 112.º, número 8 e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nas alíneas e) e n) do artigo 13.º, número 1, alíneas f) e g), do número 2 do artigo 20.º, alínea h) do n.º 1 do artigo 28.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, nos artigos 53.º, número 2, as alíneas a), l) e m) do número 2 e alínea b) do número 4, todas do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos dos artigos 114.º a 119.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal e integrando o Parecer da Comissão Especializada de Assuntos Sociais da Assembleia Municipal, aprovou em 26 de Novembro de 2010, o Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra.

Decorridos mais de sete anos após a aprovação do Regulamento supra, tornou-se necessário reponderar algumas das opções tomadas, tendo em conta a experiência obtida no âmbito da respectiva aplicação desde a sua entrada em vigor.

Assim, a título meramente exemplificativo, realce-se que se torna necessário densificar nesta sede, à imagem do que já se verifica no Regulamento de taxas e outras Receitas do Município de Sintra que a participação no Mercado "Brocante" se encontra sujeita a uma taxa municipal que funcione, não só como sinalagma pela utilização do



espaço público, como um factor de desincentivo ao absentismo dos participantes inscritos.

Ainda de dar nota que em termos da localização geográfica do Mercado Brocante deve existir uma razoável flexibilidade que permita a sua extensão a outras áreas limítrofes ao Jardim da Correnteza ou mesmo à sua deslocalização no âmbito geográfico da Vila de Sintra.

Constatou-se a necessidade de ser aprimorado o Capítulo referente à Fiscalização e Tutela da Legalidade.

Cumpre finalmente referir que as mostras de artesanato não constituem eventos destinados ao exercício da actividade de comércio a retalho não sedentário, designadamente de venda ambulante, encontrando-se legalmente excepcionada de tal previsão genérica pela alínea c) do n.º 1 do artigo 74.º do Regime de acesso e de exercício de diversas actividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro.

Ao abrigo da competência delegada constante do n.º 1 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, o Presidente da Câmara decidiu, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, que se procedesse aos trabalhos de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra.

Decorreu a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 98.º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra em 25 de Outubro de 2018.

Entre 25 de Outubro de 2018 e 25 de Novembro de 2018, verificou-se o período de constituição de interessados nos termos legais.



De 25 de Outubro de 2018 a 18 de Janeiro de 2019, período que excedeu o período referido no parágrafo anterior, não se verificou a constituição de quaisquer interessados.

Os trabalhos de Revisão do Regulamento decorreram, como determinado pelo Presidente da Câmara através da Divisão de Assuntos Jurídicos, com a colaboração da Divisão de Licenciamento das Actividades Económicas.

Inexistindo interessados constituídos não se verificou a respectiva audição, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

O projecto de Revisão do Regulamento foi submetido por 30 dias a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º 4564 / 2019, na II Série do Diário da República, n.º 54 de 18 de Março de 2019, nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal.

Participou com contributos o Senhor José Carneiro de Almeida.

Foram considerados alguns dos contributos tidos por pertinentes.

Assim, a Assembleia Municipal de Sintra, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprova ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do dito Regime, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma na suaSessão realizada em de de 2019, a **Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra.**

Foram objecto de alteração ou de aditamento o Preâmbulo, o Anexo e os seguintes artigos:

- n.ºs 2 e 4 do artigo 1.º;
- artigo 2.º;
- n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 3.º;
- n.ºs 1 e 6 do artigo 4.º;
- artigo 4.º-A;
- n.ºs 1 a 3 do artigo 5.º;
- n.º 1 do artigo 6.º;
- alínea g) do artigo 9.º;
- artigo 11.º;
- n.º 2 do artigo 12.º;
- alínea d) do n.º1 do artigo 14.º;
- alínea c) do n.º 3 e n.º 5 do artigo 15.º;
- alíneas c) e g) do artigo 16.º;
- artigo 18.º;
- artigo 18.º-A;
- artigo 18.º-B;
- n.ºs 1 e 4 a 6 do artigo 18.º-C;
- artigo 18.º-D;
- n.º 1 do artigo 19.º;
- artigo 20.º;
- artigo 20.º-A;
- artigo 20.º-B,
- n.º 2 do artigo 21.º;
- artigo 22.º-A;
- artigo 22.º-B;
- artigo 25.º.

Foi objecto de revogação o artigo 17.º.

As normas constantes da Revisão do Regulamento entram em vigor 5 dias após a respectiva publicação em II Série de Diário da República.



Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Objecto

1 - O presente regulamento integra as disposições por que se rege o "Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra", adiante designado apenas por mercado, o qual tem por objectivo preservar e promover um evento de cariz popular, que visa proporcionar um contacto com o passado, através das peças expostas e em venda, constituindo um elemento adicional de animação na Vila de Sintra.

2 – O mercado realiza-se periodicamente no Jardim da Correnteza e/ou em qualquer outro local a definir, mediante deliberação da Câmara Municipal de Sintra.

3 - O mercado destina-se, para além das peças artesanais, exclusivamente à venda de objectos antigos ou usados, designadamente:

- a) Antiguidades e velharias;
- b) Numismática;
- c) Filatelia;
- d) Livros, jornais, revistas, postais e calendários;
- e) Discos em vinil e cassetes;
- f) Louças e artigos decorativos;
- g) Pequeno mobiliário decorativo.

4 — O eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área das actividades económicas pode autorizar, mediante despacho, a venda de outros objectos ou artigos que não constem no número anterior, desde que subsumíveis na previsão do n.º 1 do presente artigo.

5 — É expressamente interdita a exposição e venda de quaisquer objectos contrafeitos.



6 — Os vendedores são responsáveis perante as autoridades administrativas, ou policiais, pela proveniência dos objectos expostos para venda.

7 — Sem prejuízo do disposto no número três do presente artigo, é vedada a exposição e venda no espaço destinado ao mercado de objectos que não se enquadrem no âmbito do descrito no n.º 2, sob pena de serem apreendidos pelas entidades fiscalizadoras.

Artigo 2º

Competência e responsabilidade da gestão

A organização e gestão de todos os procedimentos constantes do presente regulamento são da exclusiva competência da Câmara Municipal de Sintra, através da Divisão de Licenciamento das Actividades Económicas, ou em caso de alteração estrutural, da unidade orgânica que, em termos da Estrutura Municipal tenha essa incumbência.

Artigo 3º

Periodicidade e Horário de Funcionamento

1 - O Mercado realiza-se no primeiro, terceiro e quinto sábados de cada mês, quanto este último exista.

2 - São estabelecidos dois horários distintos, consoante as estações do ano:

- a) De Abril a Setembro - das 9h00 às 19h00;
- b) De Outubro a Março - das 9h00 às 17h00.

3 - A periodicidade e o horário podem ser objecto de alteração, mediante despacho do eleito com competências próprias ou delegadas e subdelegadas na área das actividades económicas.



4 - Por motivos de força maior, ou nos casos em que se verifique a necessidade de se proceder a operações de manutenção do espaço, pode ser suspensa a realização do mercado, pelo período de tempo estritamente necessário, sem que assista qualquer tipo de direito à indemnização aos participantes.

5 - A suspensão referida no número anterior efectiva-se mediante decisão do eleito com competências próprias ou delegadas e subdelegadas na área das actividades económicas.

6 - Salvo nos casos de força maior, a suspensão deve ser comunicada com a devida antecedência através de Edital, e de Avisos em dois jornais regionais publicados no Município e na página da Câmara em www.cm-sintra.pt, bem como em outros meios entendidos por convenientes.

Capítulo II

Admissão ao Mercado

Artigo 4.º

Participação no Mercado

1 - Os espaços de venda, com 3 metros lineares de frente, são atribuídos após manifestação de interesse, por categoria.

2 – Para efeitos do número anterior consideram-se as seguintes categorias:

- a) Categoria A - Antiguidades e velharias;
- b) Categoria B - Numismática;
- c) Categoria C - Filatelia;
- d) Categoria D - Livros, jornais, revistas, postais e calendários;
- e) Categoria E – Discos em vinil e cassetes;
- f) Categoria F - Louças e artigos decorativos;
- g) Categoria G - Pequeno mobiliário decorativo;
- h) Categoria H – Artesanato.



3 - O direito de ocupação é pessoal e intransmissível, salvo as situações especiais previstas no presente regulamento.

4 - O direito de ocupação do espaço é atribuído, a título precário, e condicionado ao cumprimento do presente regulamento.

5 - Só é permitida a ocupação no máximo de um espaço de venda, independentemente da categoria do mesmo, por cada titular do direito de ocupação.

6 - O espaço para instalação dos artigos referidos na alínea g) do número 2, pode, mediante a devida fundamentação e autorização do eleito com competências próprias ou delegadas e subdelegadas na área das actividades económicas, ser alargado até ao limite de 6 metros lineares de frente.

Artigo 4.º-A

Onerosidade da Participação

Mediante deliberação dos órgãos municipais competentes a participação no "Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra" é sujeita ao pagamento de uma taxa, a apurar de acordo com a modulação temporal e os critérios estabelecidos na Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, a consagrar no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

Artigo 5.º

Procedimento de atribuição dos espaços de venda

1 - Todos os espaços de venda são atribuídos a título precário, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 4.º.

2 - Quando mais de 30% dos lugares do Mercado Brocante estiverem vagos há lugar a um procedimento o qual é publicitado por edital afixado nos locais de estilo e por avisos publicados, nos termos do disposto no Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º



75/2013, de 12 de Setembro, com as alterações vigentes e na página da Câmara na internet, em www.cm-sintra.pt com a antecedência de 20 dias.

3 - Os termos e condições do procedimento e das candidaturas referidas no número anterior, são decididos pelo eleito com competências próprias ou delegadas e subdelegadas na área das actividades económicas, sob proposta do serviço gestor.

4 - A comunicação da atribuição de lugares aos candidatos é efectuada por carta registada, nos termos das disposições constantes do Código de Procedimento Administrativo.

5 – A aceitação dos lugares deve ser expressamente comunicada à Câmara Municipal de Sintra, no prazo de dez dias, através da declaração de aceitação constante do **Anexo** ao presente regulamento.

Artigo 6.º

Emissão do Título

1- Na sequência do referido no número 5 do artigo anterior, os serviços municipais emitem, após a liquidação e cobrança da taxa concretamente devida consagrada em Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, um título, do qual constam os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do vendedor;
- b) Localização do lugar concedido, mediante a respectiva planta;
- c) Tipo de artigos autorizados.

2 - O título é pessoal e intransmissível, tem a validade correspondente ao período de atribuição, habilita à ocupação do espaço por parte do interessado e ao desenvolver da actividade.

3 – O título pode ser consubstanciado pela comunicação referida no número quatro do artigo anterior, junto com cópia da declaração de aceitação devidamente autenticada pelo serviço gestor.



Artigo 7.º

Transferência ou cedência do direito de ocupação

Não é permitida a transferência ou cedência de lugares, sendo que qualquer acto ou contrato celebrado em violação desta norma é nulo, nos termos do presente regulamento.

Artigo 8.º

Desistência do direito ao espaço de venda

O titular do direito de ocupação de espaço de venda que dele queira desistir, deve comunicar o facto por escrito à Câmara Municipal, com quinze dias de antecedência, através de requerimento específico para o efeito, disponível na página da Câmara na internet, em www.cm-sintra.pt.

Artigo 9.º

Caducidade

O direito de ocupação de um espaço de venda caduca:

- a) Por morte do respectivo titular;
- b) Por renúncia voluntária do seu titular;
- c) Findo o prazo da autorização do direito de ocupação;
- e) Se o interessado não iniciar a actividade após o decurso dos períodos de ausência autorizada previstos no presente regulamento;
- f) Se o interessado não acatar ordem legítima emanada dos trabalhadores municipais, e das autoridades policiais, insultando-os ou ofendendo a sua honra e dignidade, enquanto se encontrarem no exercício das suas funções;
- g) Pelo não pagamento das taxas que forem devidas.



Capítulo III

Do Espaço do Mercado

Artigo 10.º

Instalação nos lugares

1 — A instalação deve estar concluída com a antecedência de 15 minutos da hora estabelecida para abertura do mercado.

2 — Na sua instalação, cada titular só pode ocupar o espaço correspondente ao lugar de cujo direito de ocupação lhe tenha sido atribuído, sem ultrapassar os seus limites e sem ocupar os espaços destinados à circulação de veículos ou pessoas.

3 — A instalação da banca / estrutura, da exclusiva responsabilidade e propriedade do interessado, no espaço que lhe seja atribuído, deve efectivar-se sem qualquer perfuração do pavimento, e de modo a que não danifique paredes, muros, os espaços verdes e demais bens de domínio municipal.

4 - As bancas / estruturas devem, preferencialmente ser cobertas com panos de cor vermelha escura, de forma a criar uniformidade no recinto.

5 – A circulação dos veículos no recinto, excepto prioritários ou de emergência, só é permitida fora do horário de funcionamento do mercado.

Artigo 11.º

Publicidade sonora e música

Não é permitido o uso de altifalantes ou outros aparelhos sonoros para anúncio ou promoção dos produtos à venda, nem a difusão pública de música ambiente, com excepção da animação do espaço promovida pela Câmara Municipal de Sintra.



Artigo 12.º

Levantamento do mercado

1 - O levantamento do mercado deve iniciar-se após o encerramento do mesmo e deve estar concluído até 1 hora após o horário de encerramento.

2- Antes de abandonar o recinto do mercado, os titulares devem promover a limpeza dos espaços de venda que lhes tenham sido atribuídos, aplicando-se para o efeito e com as necessárias adaptações o disposto no artigo 31.º do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos do Concelho de Sintra, com as alterações vigentes aprovadas pela Assembleia Municipal de Sintra em 23 de Fevereiro de 2012.

3 - Os resíduos sólidos devem ser depositados nos recipientes destinados a esse efeito.

Capítulo III

Direitos e Obrigações

Artigo 13.º

Identificação do vendedor

1 - Nas bancas / estruturas os vendedores devem, sob sua responsabilidade, afixar, de forma bem visível e facilmente legível pelo público, uma placa da qual consta a sua identificação.

2 - As placas devem ser não perecíveis, de formato A6, em PVC ou devidamente plastificadas.



Artigo 14º

Documentos

1 – Sem prejuízo dos demais previstos na lei, o vendedor deve ser portador, para apresentação imediata às entidades fiscalizadoras, dos seguintes documentos:

- a) Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte ou Cartão de Cidadão;
- b) Título, emitido nos termos do artigo 6º;
- c) Número individual de pessoa colectiva, quando aplicável;
- d) Abertura de actividade junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e seu comprovativo.

2 - O Bilhete de Identidade ou o Cartão de Cidadão referidos na alínea a) do número anterior são substituídos pelo passaporte e, se exigível da autorização de residência, sempre que em presença de cidadão estrangeiro.

Artigo 15.º

Dever de assiduidade

1 — Para além dos demais deveres referidos no presente regulamento, cabe aos vendedores respeitar o dever de assiduidade comparecendo regular e pontualmente ao mercado.

2 — A não comparência injustificada a mais de dois mercados consecutivos ou quatro interpolados, no ano civil, é considerado abandono de lugar e determina a extinção do direito de ocupação, mediante decisão do eleito com competências próprias ou delegadas e subdelegadas, na área das actividades económicas.

3 — Consideram-se justificadas as seguintes faltas, após comunicação escrita ao serviço gestor:

- a) Por doença do vendedor, devidamente fundamentada;
- b) Por falecimento de familiar;
- c) Por férias ou outro motivo pessoal, devidamente fundamentado e que impossibilite a sua participação.



4 - A comunicação referida na alínea c) do número anterior, deve ser efectivadas com a antecedência mínima de 15 dias úteis.

5 – A ausência do interessado não preclude a obrigação do pagamento da taxa nem dá lugar à sua devolução.

Artigo 16.º

Outros Deveres

Sem prejuízo dos demais deveres referidos no presente regulamento, os vendedores devem:

- a) Manter limpo e arrumado, durante o mercado o espaço da sua instalação de venda;
- b) Não utilizar qualquer forma de publicidade enganosa relativamente aos produtos expostos, nos termos da lei;
- c) Tratar de forma educada e respeitosa todos aqueles com quem se relacione no mercado, sejam eles vendedores, clientes ou trabalhadores das entidades fiscalizadoras e do Município;
- d) Dar conhecimento de qualquer anomalia ou dano verificado, no momento da ocupação ou posteriormente, ao serviço gestor ou demais trabalhadores que se encontrem no recinto;
- e) Colaborar com as entidades policiais, Polícia Municipal, ASAE, com os trabalhadores do serviço gestor e demais pessoal ao serviço do Município, com vista à manutenção do bom ambiente no mercado, em especial dando cumprimento às suas orientações.
- f) Acatar ordem legítima emanada dos trabalhadores municipais, e das autoridades policiais, não os insultando ou ofendendo a sua honra e dignidade, enquanto se encontrarem no exercício das suas funções;
- g) Ter a respectiva situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira;



Capítulo IV

Fiscalização e Tutela da Legalidade

Artigo 17.º

Privilégio da Execução Prévia

(Revogado)

Artigo 18.º

Fiscalização

1 - A fiscalização a exercer quanto ao presente regulamento incide, não só na verificação factual e na referenciação de todas as situações existentes quanto às referidas no respectivo artigo 1.º, com especial incidência nas que possam, de modo directo ou indirecto, violar disposições do presente Regulamento ou do regime jurídico que directa ou subsidiariamente seja aplicável, como ainda numa permanente acção de pedagógica de informação aos destinatários do mesmo e da diminuição dos casos de infracções.

2 - Dispõem de poderes de fiscalização para os efeitos do presente Regulamento:

- a) Os agentes das forças de segurança, designadamente da Guarda Nacional Republicana no âmbito da respectiva jurisdição;
- b) A Polícia Municipal enquanto polícia administrativa;
- c) Os fiscais municipais;
- d) Os técnicos e outros trabalhadores da unidade orgânica gestora, relativamente aos actos expressamente previstos no presente regulamento que lhes incumbam.

3 - Os fiscais municipais, agentes e outros elementos da polícia municipal e os colaboradores municipais referidos no número anterior, fazem-se acompanhar de cartão de identificação, exibindo-o sempre que solicitado.



4 - Os colaboradores incumbidos da actividade fiscalizadora podem recorrer às autoridades policiais, sempre que necessitem, para o desempenho célere e eficaz das suas funções.

Artigo 18.º-A

Apreensão cautelar

1 - Podem ser provisoriamente apreendidos pela fiscalização os objectos que serviram ou estavam destinados a servir para a prática de uma contra-ordenação, ou que por esta foram produzidos, e bem assim quaisquer outros que forem susceptíveis de servir de prova.

2 - Os objectos são restituídos logo que se tornar desnecessário manter a apreensão para efeitos de prova, a menos que a Câmara Municipal delibere declará-los perdidos a favor do Município.

3 - Em qualquer caso, os objectos são restituídos logo que a decisão condenatória se torne definitiva, salvo se tiverem sido declarados perdidos.

Artigo 18.º-B

Regras de conduta e responsabilidade

1- É dever geral dos trabalhadores municipais que exerçam actividade fiscalizadora a criação de confiança no público perante a acção da administração pública, actuando com urbanidade em todas as intervenções de natureza funcional, assegurando o conhecimento das normas legais e regulamentares que enquadram a matéria que esteja em causa, sob pena de incorrerem em infracção disciplinar, nomeadamente por defeituoso cumprimento ou desconhecimento das disposições legais e regulamentares ou de ordens superiores e em eventual responsabilidade civil extra-contratual, nos termos da Lei nº 67/2007 de 31 de Dezembro.



- 2- Os trabalhadores municipais, nomeadamente os que exerçam actividade fiscalizadora das actividades abrangidas pelo presente Regulamento que, por dolo ou negligência, deixem de participar infracções ou prestem informações falsas sobre infracções legais e regulamentares de que tiverem conhecimento no exercício das suas funções, são punidos nos termos da lei.

Artigo 18.º-C

Procedimentos Coercivos e Tutela da Legalidade

1 - Os procedimentos coercivos para tutela da legalidade são os genericamente previstos nos respectivos regimes jurídicos, especialmente desenvolvidos e concretizados no presente regulamento, sempre que necessário.

2 - As autorizações e demais actos previstos no presente regulamento podem, nos termos da lei, ser revogadas a qualquer momento, sempre que razões de interesse público o justifiquem ou quando, de modo patente, exista violação de preceitos legais.

3 - Nos casos em que, após interpelação e subsequente notificação presencial, o titular do espaço se recusar a retirar os bens, ou por inércia não retirar os mesmos do espaço em causa, a Câmara Municipal procede à sua remoção e armazenamento a expensas do próprio.

4 — Sempre que a Câmara Municipal proceda em conformidade com o estipulado no número anterior, os infractores são responsáveis por todas as despesas efectuadas, referentes à remoção e ao depósito, não sendo o Município responsável por qualquer dano ou deterioração do bem, nem havendo lugar a qualquer indemnização.

5 – A remoção, depósito do bem e as respectivas despesas são notificadas ao interessado, através de carta registada com aviso de recepção até 15 dias decorridos sobre a operação, devendo constar da mesma a discriminação dos montantes já despendidos pelo Município e o montante da taxa diária de depósito.



6 – A restituição do bem pode ser expressamente solicitada, no prazo de 8 dias, após a notificação prevista no número anterior, formalizada através de requerimento próprio segundo o modelo uniforme disponibilizado pela Câmara Municipal em www.cm-sintra.pt, sendo pagas aquando da apresentação do mesmo, todas as quantias devidas com a remoção e o depósito.

7 – Caso o infractor não proceda à diligência referida no número anterior dentro do prazo previsto, verifica-se a perda do bem a favor do Município de Sintra, o qual lhe dá, consoante o caso, o destino que for mais adequado.

8 – Às dívidas com a remoção e o depósito, caso não sejam voluntariamente pagas, aplicam-se os meios coercivos constantes do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

Artigo 18.º-D

Estado de Necessidade Administrativa

1 - A Câmara Municipal de Sintra, no uso da sua autoridade, sempre que esteja em causa a relevância e a urgência da protecção dos bens jurídicos visados no presente regulamento, pode determinar a prática dos actos que se afigurem essenciais à luz da necessidade pública.

2 – São requisitos da aplicação do estado de necessidade administrativa, que:

- e) Se esteja perante uma situação urgente e verdadeiramente excepcional, caracterizada com base numa realidade concreta;
- f) Não seja possível à administração agir ao abrigo do princípio da legalidade;
- g) O interesse que afasta a observância do princípio referido na alínea anterior seja suficientemente importante para justificar o sacrifício do princípio.

3 – Os actos referidos no n.º 1 devem ser proporcionais e adequados à protecção dos bens em causa.

4 - Os actos podem ser objecto de execução directa pelos serviços competentes, ou mediante execução subrogatória, nos termos da legislação aplicável.



5 - A determinação da prática dos actos referidos nos números anteriores tem que ser devidamente fundamentada, designadamente com a invocação expressa e circunstanciada do preenchimento dos requisitos referidos no n.º 2.

Capítulo V

Sanções

Artigo 19º

Contra-ordenações e Coimas

1 - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei, constitui contra-ordenação a violação do disposto no presente regulamento punível com as seguintes coimas:

- a) a violação do disposto nos artigos 8º, 13º e 14º é punível com coima de 1/10 da Remuneração Mínima Mensal Garantida;
- b) a violação do disposto no número 1 do artigo 12º é punível com coima de 1/10 a 1/5 da Remuneração Mínima Mensal Garantida;
- c) a violação do número 2 do artigo 12.º fica sujeita a aplicação da coima prevista na alínea n) do número 1 do artigo 69.º do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos do Concelho de Sintra com as alterações vigentes aprovadas pela Assembleia Municipal de Sintra em 23 de Fevereiro de 2012.

2 – A moldura abstracta eleva-se para o dobro quando o arguido for uma pessoa colectiva.

3 — A tentativa e a negligência são puníveis

Artigo 20º

Sanções acessórias

Em função da gravidade da infracção e da culpa do agente podem ser aplicadas as sanções acessórias previstas no Regime Geral de Contra-Ordenações.



Artigo 20º-A

Retribuição Mínima Mensal Garantida

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por Retribuição Mínima Mensal Garantida nos termos da legislação, a que estiver em vigor no momento da prática da infracção.

Artigo 20.º-B

Reincidência

1 - É punido como reincidente quem cometer uma infracção praticada com dolo, depois de ter sido condenado por outra infracção praticada com dolo, se entre as duas infracções não tiver decorrido um prazo superior ao da prescrição da primeira.

2 - Em caso de reincidência o limite mínimo constante da moldura contra-ordenacional é elevado para o dobro, não podendo a coima a aplicar em concreto ser inferior à anteriormente aplicada.

3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior a reincidência implica a aplicação da sanção acessória que for concretamente mais adequada nos termos do Regime Geral de Contra-Ordenações.

Artigo 21º

Processo contra-ordenacional

1 - A decisão sobre a instauração do processo de contra-ordenação, aplicação das coimas e das sanções acessórias é da competência do Presidente da Câmara, sendo delegável e subdelegável, nos termos da lei.

2 - A instrução dos processos de contra-ordenação referidos no presente Regulamento, compete ao Presidente da Câmara, salvo disposição legal em contrário.



3 - O produto das coimas previstas no presente Regulamento, mesmo quando estas sejam fixadas em juízo, constitui receita do Município.

Artigo 22º

Medida da coima

1 - A determinação da medida da coima far-se-á em função da gravidade da contra-ordenação, da culpa, da situação económica do agente e do benefício económico que este retirou da prática da contra-ordenação.

2 - Sem prejuízo do disposto no Regime Geral de Contra-Ordenações e dentro da moldura abstractamente aplicável, referida no artigo 19.º, a coima deve exceder o benefício económico que o agente retirou da prática da contra-ordenação.

Artigo 22.º-A

Responsabilidade civil e criminal

A aplicação das sanções supra referidas não isenta o infractor da eventual responsabilidade civil ou criminal emergente dos factos praticados.

Artigo 22.º-B

Cumprimento do dever omitido

Sempre que a contra-ordenação resulte de omissão de um dever, o pagamento da coima não dispensa o infractor de dar cumprimento ao dever omitido, se este ainda for possível.



Capítulo VI

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 23º

Interpretação e integração de lacunas

Sem prejuízo da legislação aplicável, a interpretação e os casos omissos ao presente regulamento são resolvidos mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 24º

Revogação

A partir da entrada em vigor do presente regulamento são revogadas todas as normas de execução e procedimentos de carácter intra-orgânico adoptados pelos serviços que contrariem as suas disposições.

Artigo 25º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor decorridos 5 dias sobre a sua publicação em II Série de Diário da República, sem prejuízo da demais publicitação nos termos legais.

Declaração

Nos termos do número 5 do artigo 5.º do Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra

Proteção de Dados Pessoais:

A Câmara Municipal de Sintra garante a salvaguarda do direito à proteção de todos os Dados Pessoais, nos termos do disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), que sejam prestados voluntariamente pelo seu titular, apresentante do presente requerimento e cujo tratamento é expressamente autorizado por este (por serem necessários e fundamentais para a tramitação do pedido realizado), os quais serão tratados, de forma confidencial, estando os colaboradores da Câmara Municipal de Sintra obrigados a um dever de sigilo quanto aos mesmos.

Consideram-se «Dados pessoais» toda a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

Considera-se «Tratamento de dados», uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados



personais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

O consentimento do titular dos dados é dado mediante um ato positivo e claro que indique uma manifestação de vontade livre, específica, informada e inequívoca de que o titular de dados consente no tratamento dos dados que lhe digam respeito para efeitos, exclusivamente da tramitação do presente pedido de candidatura e de participação no evento, no âmbito do Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra, designadamente nome, identificação civil e fiscal.

Os dados pessoais supra não são transmitidos pela Câmara Municipal de Sintra, a entidades terceiras.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara Municipal;
- O Encarregado da Proteção de Dados →xxxxxxx com o seguinte contacto rgpd@cm-sintra.pt ;
- Os dados objeto de tratamento destinam-se somente ao tratamento da tramitação do pedido;
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo titular dos dados, incluindo a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos dados pessoais, podendo exercer de igual modo do direito de se opor á utilização dos mesmos;
- Tempo de conservação dos dados → Durante o período necessário à finalidade última dos processos que sejam decorrentes do registo (tramitação administrativa dos pedidos que o titular dos dados entenda fazer até ao seu termo e prazos de recurso gracioso e/ou contencioso), sem prejuízo da



conservação para fins de arquivo histórico em cópias de backup, nos termos de legislação especial;

- O Titular de Dados tem o Direito de apresentar Reclamação junto da autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados);
- O tratamento dos dados Pessoais neste âmbito, não constitui nenhuma obrigação legal ou contratual;
- O Titular dos Dados pode retirar o consentimento ao tratamento dos mesmos, sempre que esse tratamento disso dependa.

Declaração de Aceitação

(Nome e identificação da qualidade em que intervém)

(B.I., data e local de emissão/ Cartão de Cidadão/ Passaporte)_____

(NIF)_____ declaro a minha concordância com o lugar que me foi atribuído e mais declaro que tomo conhecimento e aceito o disposto no **Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra**

AUTORIZAÇÃO

O subscritor, titular dos dados, autoriza de forma clara e expressa a Câmara Municipal de Sintra a efetuar o tratamento dos seus dados supra para efeitos de candidatura e de participação no evento, no âmbito do Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra

Data...../...../.....

Assinatura:_____



PROJECTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO DO MERCADO "BROCANTE" E DO ARTESANATO DE SINTRA

PROCESSO INSTRUTOR





**PROJECTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO
DO MERCADO "BROCANTE" E DO
ARTESANATO DE SINTRA**

INÍCIO DO PROCEDIMENTO – ARTº 98º CPA



AVISO

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público, ao abrigo da competência delegada constante do nº1 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta nº 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, que decidiu, nos termos do nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, que se proceda aos trabalhos de **Revisão do Regulamento do Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra**.

A constituição de interessados prevista no nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, bem como a apresentação de eventuais contributos pode ocorrer no prazo de 30 dias contados a partir da data do presente Aviso, por entrega presencial no Gabinete de Apoio ao Município e suas delegações ou remessa postal para a Divisão de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal de Sintra, Largo Dr. Vergílio Horta, 2714-501 Sintra, através do fax 219238645 e do e-mail dju@cm-sintra.pt.

Em todas as comunicações, dirigidas ao Presidente da Câmara, deve ser indicado o procedimento a que mesmas se reportam, sob pena de rejeição liminar.

Paços do Concelho de Sintra, 25 de Outubro de 2018.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



(Basílio Horta)



N.º SM 477/2019

Sintra, 04-01-2019 16:36:14

Assunto: PROCESSO JURÍDICO Nº 636/2018 – Revisão do Regulamento do Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra – Constituição de Interessados

CARLOS MANUEL
PINHEIRO DA SILVA
BORDADO

Digitally Signed by CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO
DN: CN=CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO, SERIALNUMBER=DPT-05314598, T=Técnico Superior, OU=Certificado para Pessoa Singular, OU=DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS, O=MUNICÍPIO DE SINTRA, C=PT
Reason: Preenchido
Date: 2019-01-04T16:45:12

Concordo.
Ao GAMQ para informar como proposto.

Lúcia de Fátima
Barreira Dias Vargas

Digitally Signed by Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas
DN: CN=Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas, SERIALNUMBER=DPT-10089779, T=Cadeia de Divisão, OU=Certificado para Pessoa Singular, OU=Divisão de Assuntos Jurídicos, O=Município de Sintra, C=PT
Reason: Preenchido
Date: 2019-01-04T17:31:50

À DJUR informando que consultado o Sistema de Gestão Documental não se verificou o registo no Gabinete de Apoio ao Município de constituição de interessados nem de contributos relativos à Revisão do Regulamento do Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra

MARIA LÚCIA MATOS
BERNARDES DE
LUCIANO

Digitally Signed by MARIA LÚCIA MATOS BERNARDES DE LUCIANO
DN: CN=MARIA LÚCIA MATOS BERNARDES DE LUCIANO, SERIALNUMBER=B1100944507, O=MARIA LÚCIA BERNARDES DE LUCIANO, OU=Assinatura Qualificada de Cidadão, OU=Cidadão Português, O=Carilho de Cidadão, C=PT
Reason: Despacho
Date: 2019-01-18T08:42:15



NOTA INTERNA

Para: Exma. Senhora Chefe da DJUR – Dra. Lúcia Vargas

Nº. SM 477

Serviço: DJUR

URGENTE

De: Técnico Superior Jurista Carlos Bordado - DJUR

Data: 4.JAN.2019

**Assunto: PROCESSO JURÍDICO Nº 636/2018 – Revisão do Regulamento do Mercado
Brocante e do Artesanato de Sintra – Constituição de Interessados**

Na sequência do Aviso subscrito pelo Exmº Senhor Presidente da Câmara, em 25 de Outubro de 2018, (Anexo) adequado desencadear do procedimento, atento o disposto no nº 1 do artigo 98º do CPA (aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro) tendo o mesmo sido publicitado na página da Câmara Municipal para efeitos de participação procedimental, sou de propor que se **solicite ao GAMQ** informação sobre se, presencialmente, se constituíram interessados no âmbito referido ou foram apresentados quaisquer contributos nesse âmbito.

Todavia, à consideração superior.

O Técnico Superior Jurista,

(Carlos Bordado)



NOTA INTERNA



AVISO

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público, ao abrigo da competência delegada constante do nº1 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta nº 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, que decidiu, nos termos do nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, que se proceda aos trabalhos de **Revisão do Regulamento do Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra**.

A constituição de interessados prevista no nº 1 do artigo 98º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, bem como a apresentação de eventuais contributos pode ocorrer no prazo de 30 dias contados a partir da data do presente Aviso, por entrega presencial no Gabinete de Apoio ao Município e suas delegações ou remessa postal para a Divisão de Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal de Sintra, Largo Dr. Vergílio Horta, 2714-501 Sintra, através do fax 219238545 e do e-mail dju@cm-sintra.pt.

Em todas as comunicações, dirigidas ao Presidente da Câmara, deve ser indicado o procedimento a que mesmas se reportam, sob pena de rejeição liminar.

Paços do Concelho de Sintra, 25 de Outubro de 2018.

O PRESIDENTE DA CÂMARA


(Basílio Horta)





**PROJECTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO
DO MERCADO "BROCANTE" E DO
ARTESANATO DE SINTRA**

CONSULTA PÚBLICA – ARTº 101º CPA



para exercer funções correspondentes à categoria da carreira não revista de Especialista de Informática de Grau 1, nível 2, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 92.º, n.º 1 e 2, alínea b), 93.º, n.º 3, 94.º, n.º 1, 97.º, n.º 1, e 153.º, n.º 3, todos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e artigo 38.º, n.º 3, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, aplicável *ex vi* do artigo 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento de Estado para 2016).

O Vereador com competência delegada pelo Despacho n.º 198/2017/GAP, de 20 de outubro.

18 de fevereiro de 2019. — O Vereador, *Manuel Pisco Lopes*.

312091018

Aviso n.º 4563/2019

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas na sequência de Procedimento Concursal de Regularização no Âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (PREVPAP).

Na qualidade de vereador com competência delegada nos domínios dos Recursos Humanos, conferida pela Senhora Presidente da Câmara através do Despacho n.º 198/2017/GAP, de 20 de outubro, torna-se público que, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e com referência à alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) e artigo 11.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP), na sequência de procedimento concursal de regularização para ocupação de um posto de trabalho de técnico superior (Comunicação Social/Marketing) da carreira geral de técnico superior, aberto por aviso n.º 111/2018, publicado na Bolsa de Emprego Público, em 31/10/2018 com o código de oferta n.º OE201810/0995, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas com João Eduardo Caetano de Oliveira com início a 1 de fevereiro de 2019, e para o desempenho de funções correspondentes à categoria de Técnico Superior (Comunicação Social/Marketing) da carreira geral de Técnico Superior, na 2.ª posição remuneratória e nível 15 da tabela remuneratória única (€1201,48).

O Vereador com competência delegada pelo Despacho n.º 198/2017/GAP, de 20 de outubro.

18 de fevereiro de 2019. — O Vereador, *Manuel Pisco Lopes*.

312091131

MUNICÍPIO DE SINTRA

Aviso n.º 4564/2019

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do n.º 2 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de outubro de 2017, é submetido a consulta pública, o Projeto de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso em 2.ª série do *Diário da República*, estando o texto disponível mediante afixação do Edital n.º 95/2019 nos locais de estilo e no sítio eletrónico oficial do município em www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Município, lg. Dr. Virgílio Horta, 2710 Sintra, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail dju@cm-sintra.pt.

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

15 de fevereiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Basílio Horta*.

312082351

Aviso n.º 4565/2019

Em cumprimento do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo artigo 7.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a seguir se publica o despacho de designação, em regime de comissão de serviço, de Marta Teixeira Castelo Branco, no cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, Coordenador do Gabinete de Relações

Internacionais, Públicas e Protocolo, com produção de efeitos a 15 de fevereiro de 2019, pelo período de três anos, e respetiva nota curricular:

«No uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em conformidade com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo artigo 7.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e considerando que:

O procedimento concursal tendente ao provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau, Coordenador do Gabinete de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo, do mapa de pessoal desta Câmara Municipal, foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 18 de abril de 2018; no jornal “Diário de Notícias”, de 19 de abril de 2018; na Bolsa de Emprego Público (Código n.º OE201804/0603), de 20 de abril de 2018;

Analizadas as candidaturas admitidas no presente procedimento, constatou o júri nomeado para o efeito que a candidata Marta Teixeira Castelo Branco reúne todos os requisitos legais para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau — Coordenador do Gabinete de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo, sendo a candidata que melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos da referida Unidade Orgânica, e tudo nos exatos termos e com a fundamentação melhor explicitada na proposta de designação, formulada pelo júri do presente procedimento, em anexo, em cumprimento do n.º 6 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que faz parte integrante do presente procedimento e que homologuei à data de 08/02/2019, tratando-se de candidatura que preenche, assim, as condições para ocupar o cargo, conforme se constata pela nota curricular em anexo;

Designo, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo artigo 7.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, Marta Teixeira Castelo Branco, candidata admitida no âmbito do procedimento suprarreferido, e com fundamento na apreciação final constante na proposta anexa.

O cargo para que a candidata é designada encontra-se previsto na Estrutura Nuclear e Flexível da Câmara Municipal de Sintra, publicitada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 220, de 15 de novembro de 2017, e alterada, conforme Despacho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 11 de dezembro de 2018, e não se encontra provido em comissão de serviço.

O presente Despacho produz efeitos a 15 de fevereiro de 2019.

Publicite-se a nível geral, interno.

Remete-se à próxima Reunião de Câmara, para conhecimento.

Município de Sintra, 18 de fevereiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Dr. Basílio Horta*.

ANEXO

Nota Curricular

Nome — Marta Teixeira Castelo Branco.

Data de nascimento — 19 de agosto de 1977.

Habilitações — Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais — Universidade Nova de Lisboa — 2002, com média final de 14 valores.

Categoria — Técnico Superior (área funcional de Relações Internacionais) do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Sintra.

Experiência profissional específica: exercício efetivo de funções dirigentes em cargos da Administração Pública e/ou no exercício de funções técnicas na área de atividade em que se insere o cargo posto a concurso, nos seguintes termos:

De setembro de 2005 a outubro de 2013 — Exercício de funções técnicas — Gabinete de Apoio à Presidência — Câmara Municipal de Sintra

De novembro de 2013 até março de 2014 — Exercício de funções Técnicas — Gabinete de Relações Internacionais e Assuntos Comunitários — Câmara Municipal de Sintra

De março de 2014 até novembro de 2017 — Exercício de funções técnicas — Gabinete de Apoio à Presidência — Câmara Municipal de Sintra
Desde novembro de 2017 — Coordenadora do Gabinete de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo, em regime de substituição — Câmara Municipal de Sintra

Formação Profissional mais relevante:

Ação “Gestão, Organização e Funcionamento das Autarquias Locais — IEFP

Conferência da Aliança das Paisagens Culturais, Património Mundial
Ação “Conceção e Gestão de Projetos”

Início

Institucional

Territorial

Atualidade

No Mundo

Invest

Digital

Institucional / Documentos Públicos / Documentos em consulta pública

Documentos em Consulta Pública

Documentos Administrativos

Documentos Públicos

Documentos em Consulta Pública

Contratos / Protocolos

Sugestões / Reclamações

Plataforma Eletrónica do Urbanismo

Prevenção de Riscos de Gestão

Eleições Europeias 2019



Decisão de submissão a consulta pública, do Projeto de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra.

Assim, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação de Aviso em II Série do Diário da República

Publicado em Diário da República a 18 de março de 2019

Aviso

Texto do Projeto

AVISO


Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do nº2 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta nº 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, é submetido a consulta pública, **o Projecto de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra**, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação de Aviso em II Série do Diário da República, estando o texto disponível mediante afixação do Edital n.º 95/2019 nos locais de estilo e no sítio electrónico oficial do Município em www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Munícipe, Lgº Dr. Virgílio Horta, 2710 SINTRA, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail dju@cm-sintra.pt.

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

Paços do Município de Sintra, 15 de Fevereiro de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



(Basílio Horta)



EDITAL n.º 95 / 2019

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do n.º 2 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, é submetido a consulta pública, o **Projecto de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra**, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação de Aviso em II Série do Diário da República, estando o texto disponível mediante afixação do presente Edital nos locais de estilo e no sítio electrónico oficial do Município em www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Município, Lgº Dr. Virgílio Horta, 2710 SINTRA, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail dju@cm-sintra.pt.

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

Paços do Município de Sintra, 15 de FEVEREIRO de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



(**Basílio Horta**)



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL





**PROJECTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO
DO MERCADO "BROCANTE" E DO ARTESANATO DE SINTRA**

DELIBERADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA EM
APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA EM DE DE 20.....



PREAMBULO

As antiguidades e velharias constituem exemplos vivos de um passado, mais ou menos recente, que importa preservar, sendo cada vez maior o número de pessoas que manifestam interesse pela aquisição de «objectos com história».

Com o objectivo de criar um mercado de antiguidades e velharias, bem como de artesanato, a Câmara Municipal propõe-se aprovar as normas do seu funcionamento através do presente Regulamento Municipal do "Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra", a realizar periodicamente no Jardim da Correnteza, na Vila de Sintra.

Assim, nos termos do disposto no artigo 112.º, número 8 e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nas alíneas e) e n) do artigo 13.º, número 1, alíneas f) e g), do número 2 do artigo 20.º, alínea h) do n.º 1 do artigo 28.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, nos artigos 53.º, número 2, as alíneas a), l) e m) do número 2 e alínea b) do número 4, todas do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos dos artigos 114.º a 119.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sintra, sob proposta da Câmara Municipal e integrando o Parecer da Comissão Especializada de Assuntos Sociais da Assembleia Municipal, aprovou em 26 de Novembro de 2010, o Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra.

Decorridos mais de sete anos após a aprovação do Regulamento supra, tornou-se necessário reponderar algumas das opções tomadas, tendo em conta a experiência obtida no âmbito da respectiva aplicação desde a sua entrada em vigor.

Assim, a título meramente exemplificativo, realce-se que se torna necessário densificar nesta sede, à imagem do que já se verifica no Regulamento de taxas e outras Receitas do Município de Sintra que a participação no Mercado "Brocante" se encontra sujeita a uma taxa municipal que funcione, não só como sinalagma pela utilização do



espaço público, como um factor de desincentivo ao absentismo dos participantes inscritos.

Ainda de dar nota que em termos da localização geográfica do Mercado Brocante deve existir uma razoável flexibilidade que permita a sua extensão a outras áreas limítrofes ao Jardim da Correnteza ou mesmo à sua deslocalização no âmbito geográfico da Vila de Sintra.

Constatou-se a necessidade de ser aprimorado o Capítulo referente à Fiscalização e Tutela da Legalidade.

Cumpre finalmente referir que as mostras de artesanato não constituem eventos destinados ao exercício da actividade de comércio a retalho não sedentário, designadamente de venda ambulante, encontrando-se legalmente excepcionada de tal previsão genérica pela alínea c) do n.º 1 do artigo 74.º do Regime de acesso e de exercício de diversas actividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro.

Ao abrigo da competência delegada constante do n.º 1 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, o Presidente da Câmara decidiu, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, que se procedesse aos trabalhos de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra.

Decorreu a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 98.º do CPA, com a publicitação de Aviso no site da Câmara Municipal de Sintra em 25 de Outubro de 2018.

Entre 25 de Outubro de 2018 e 25 de Novembro de 2018, verificou-se o período de constituição de interessados nos termos legais.



De 25 de Outubro de 2018 a 18 de Janeiro de 2019, período que excedeu o período referido no parágrafo anterior, não se verificou a constituição de quaisquer interessados.

Os trabalhos de Revisão do Regulamento decorreram, como determinado pelo Presidente da Câmara através da Divisão de Assuntos Jurídicos, com a colaboração da Divisão de Licenciamento das Actividades Económicas.

Inexistindo interessados constituídos não se verificou a respectiva audição, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.

O projecto de Revisão do Regulamento foi submetido por 30 dias a consulta pública mediante publicação do Aviso n.º / 2019, na II Série do Diário da República, n.º de de de 20...., nos termos e para os efeitos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo da demais publicitação legal.

Foram considerados alguns dos contributos tidos por pertinentes.....

Assim, a Assembleia Municipal de Sintra, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprova ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do dito Regime, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma na suaSessão realizada em de de 2019, a **Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra.**

Assim, foram objecto de alteração ou de aditamento o Preâmbulo, o Anexo e os seguintes artigos:

- n.ºs 2 e 4 do artigo 1.º;
- artigo 2.º;
- n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 3.º;



- n.ºs 1 e 6 do artigo 4.º;
- artigo 4.º-A;
- n.ºs 1 a 3 do artigo 5.º;
- n.º 1 do artigo 6.º;
- alínea g) do artigo 9.º;
- artigo 11.º;
- n.º 2 do artigo 12.º;
- alínea d) do artigo 14.º;
- n.º 2 alínea c) do n.º 3 do artigo 15.º;
- alíneas c) e g) do artigo 16.º;
- artigo 18.º;
- artigo 18.º-A;
- artigo 18.º-B;
- n.ºs 1 e 4 a 6 do artigo 18.º-C;
- artigo 18.º-D;
- n.º 1 do artigo 19.º;
- artigo 20.º;
- artigo 20.º-A;
- artigo 20.º-B,
- n.º 2 do artigo 21.º;
- artigo 22.º-A;
- artigo 22.º-B;
- artigo 25.º.

Foi objecto de revogação o artigo 17.º.

As normas constantes da Revisão do Regulamento entram em vigor 5 dias após a respectiva publicação em II Série de Diário da República.



Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

Objecto

1 - O presente regulamento integra as disposições por que se rege o "Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra", adiante designado apenas por mercado, o qual tem por objectivo preservar e promover um evento de cariz popular, que visa proporcionar um contacto com o passado, através das peças expostas e em venda, constituindo um elemento adicional de animação na Vila de Sintra.

2 – O mercado realiza-se periodicamente no Jardim da Correnteza e/ou em qualquer outro local a definir, mediante deliberação da Câmara Municipal de Sintra.

3 - O mercado destina-se, para além das peças artesanais, exclusivamente à venda de objectos antigos ou usados, designadamente:

- a) Antiguidades e velharias;
- b) Numismática;
- c) Filatelia;
- d) Livros, jornais, revistas, postais e calendários;
- e) Discos em vinil e cassetes;
- f) Louças e artigos decorativos;
- g) Pequeno mobiliário decorativo.

4 — O eleito com competências próprias ou delegadas / subdelegadas na área das actividades económicas pode autorizar, mediante despacho, a venda de outros objectos ou artigos que não constem no número anterior, desde que subsumíveis na previsão do n.º 1 do presente artigo.

5 — É expressamente interdita a exposição e venda de quaisquer objectos contrafeitos.



6 — Os vendedores são responsáveis perante as autoridades administrativas, ou policiais, pela proveniência dos objectos expostos para venda.

7 — Sem prejuízo do disposto no número três do presente artigo, é vedada a exposição e venda no espaço destinado ao mercado de objectos que não se enquadrem no âmbito do descrito no n.º 2, sob pena de serem apreendidos pelas entidades fiscalizadoras.

Artigo 2º

Competência e responsabilidade da gestão

A organização e gestão de todos os procedimentos constantes do presente regulamento são da exclusiva competência da Câmara Municipal de Sintra, através da Divisão de Licenciamento das Actividades Económicas, ou em caso de alteração estrutural, da unidade orgânica que, em termos da Estrutura Municipal tenha essa incumbência.

Artigo 3º

Periodicidade e Horário de Funcionamento

1 - O Mercado realiza-se no primeiro, terceiro e quinto sábados de cada mês, quanto este último exista.

2 - São estabelecidos dois horários distintos, consoante as estações do ano :

- a) De Abril a Setembro - das 9h00 às 19h00;
- b) De Outubro a Março - das 9h00 às 17h00.

3 - A periodicidade e o horário podem ser objecto de alteração, mediante despacho do eleito com competências próprias ou delegadas e subdelegadas na área das actividades económicas.



4 - Por motivos de força maior, ou nos casos em que se verifique a necessidade de se proceder a operações de manutenção do espaço, pode ser suspensa a realização do mercado, pelo período de tempo estritamente necessário, sem que assista qualquer tipo de direito à indemnização aos participantes.

5 - A suspensão referida no número anterior efectiva-se mediante decisão do eleito com competências próprias ou delegadas e subdelegadas na área das actividades económicas.

6 - Salvo nos casos de força maior, a suspensão deve ser comunicada com a devida antecedência através de Edital, e de Avisos em dois jornais regionais publicados no Município e na página da Câmara em www.cm-sintra.pt, bem como em outros meios entendidos por convenientes.

Capítulo II

Admissão ao Mercado

Artigo 4.º

Participação no Mercado

1 - Os espaços de venda, com a área de 3m², são atribuídos após manifestação de interesse, por categoria.

2 – Para efeitos do número anterior consideram-se as seguintes categorias:

- a) Categoria A - Antiguidades e velharias;
- b) Categoria B - Numismática;
- c) Categoria C - Filatelia;
- d) Categoria D - Livros, jornais, revistas, postais e calendários;
- e) Categoria E – Discos em vinil e cassetes;
- f) Categoria F - Louças e artigos decorativos;
- g) Categoria G - Pequeno mobiliário decorativo;
- h) Categoria H – Artesanato.



3 - O direito de ocupação é pessoal e intransmissível, salvo as situações especiais previstas no presente regulamento.

4 - O direito de ocupação do espaço é atribuído, a título precário, e condicionado ao cumprimento do presente regulamento.

5 - Só é permitida a ocupação no máximo de um espaço de venda, independentemente da categoria do mesmo, por cada titular do direito de ocupação.

6 - O espaço para instalação dos artigos referidos na alínea g) do número 2, pode, mediante a devida fundamentação e autorização do eleito com competências próprias ou delegadas e subdelegadas na área das actividades económicas, ser alargado até ao limite de 6,00 m².

Artigo 4.º-A

Onerosidade da Participação

Mediante deliberação dos órgãos municipais competentes a participação no "Mercado Brocante e do Artesanato de Sintra" é sujeita ao pagamento de uma taxa, a apurar de acordo com a modulação temporal e os critérios estabelecidos na Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, a consagrar no Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

Artigo 5.º

Procedimento de atribuição dos espaços de venda

1 - Todos os espaços de venda são atribuídos a título precário, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 4.º.

2 - Quando mais de 30% dos lugares do Mercado Brocante estiverem vagos há lugar a um procedimento o qual é publicitado por edital afixado nos locais de estilo e por avisos publicados, nos termos do disposto no Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º



75/2013, de 12 de Setembro, com as alterações vigentes e na página da Câmara na internet, em www.cm-sintra.pt com a antecedência de 20 dias.

3 - Os termos e condições do procedimento e das candidaturas referidas no número anterior, são decididos pelo eleito com competências próprias ou delegadas e subdelegadas na área das actividades económicas, sob proposta do serviço gestor.

4 - A comunicação da atribuição de lugares aos candidatos é efectuada por carta registada, nos termos das disposições constantes do Código de Procedimento Administrativo.

5 – A aceitação dos lugares deve ser expressamente comunicada à Câmara Municipal de Sintra, no prazo de dez dias, através da declaração de aceitação constante do **Anexo** ao presente regulamento.

Artigo 6.º

Emissão do Título

1- Na sequência do referido no número 5 do artigo anterior, os serviços municipais emitem, após a liquidação e cobrança da taxa concretamente devida consagrada em Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra, um título, do qual constam os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do vendedor;
- b) Localização do lugar concedido, mediante a respectiva planta;
- c) Tipo de artigos autorizados.

2 - O título é pessoal e intransmissível, tem a validade correspondente ao período de atribuição, habilita à ocupação do espaço por parte do interessado e ao desenvolver da actividade.

3 – O título pode ser consubstanciado pela comunicação referida no número quatro do artigo anterior, junto com cópia da declaração de aceitação devidamente autenticada pelo serviço gestor.



Artigo 7.º

Transferência ou cedência do direito de ocupação

Não é permitida a transferência ou cedência de lugares, sendo que qualquer acto ou contrato celebrado em violação desta norma é nulo, nos termos do presente regulamento.

Artigo 8.º

Desistência do direito ao espaço de venda

O titular do direito de ocupação de espaço de venda que dele queira desistir, deve comunicar o facto por escrito à Câmara Municipal, com quinze dias de antecedência, através de requerimento específico para o efeito, disponível na página da Câmara na internet, em www.cm-sintra.pt.

Artigo 9.º

Caducidade

O direito de ocupação de um espaço de venda caduca:

- a) Por morte do respectivo titular;
- b) Por renúncia voluntária do seu titular;
- c) Findo o prazo da autorização do direito de ocupação;
- e) Se o interessado não iniciar a actividade após o decurso dos períodos de ausência autorizada previstos no presente regulamento;
- f) Se o interessado não acatar ordem legítima emanada dos trabalhadores municipais, e das autoridades policiais, insultando-os ou ofendendo a sua honra e dignidade, enquanto se encontrarem no exercício das suas funções;
- g) Pelo não pagamento das taxas que forem devidas.



Capítulo III

Do Espaço do Mercado

Artigo 10.º

Instalação nos lugares

- 1 — A instalação deve estar concluída com a antecedência de 15 minutos da hora estabelecida para abertura do mercado.
- 2 — Na sua instalação, cada titular só pode ocupar o espaço correspondente ao lugar de cujo direito de ocupação lhe tenha sido atribuído, sem ultrapassar os seus limites e sem ocupar os espaços destinados à circulação de veículos ou pessoas.
- 3 — A instalação da banca / estrutura, da exclusiva responsabilidade e propriedade do interessado, no espaço que lhe seja atribuído, deve efectivar-se sem qualquer perfuração do pavimento, e de modo a que não danifique paredes, muros, os espaços verdes e demais bens de domínio municipal.
- 4 - As bancas / estruturas devem, preferencialmente ser cobertas com panos de cor vermelha escura, de forma a criar uniformidade no recinto.
- 5 – A circulação dos veículos no recinto, excepto prioritários ou de emergência, só é permitida fora do horário de funcionamento do mercado.

Artigo 11.º

Publicidade sonora e música

Não é permitido o uso de altifalantes ou outros aparelhos sonoros para anúncio ou promoção dos produtos à venda, nem a difusão pública de música ambiente, com excepção da animação do espaço promovida pela Câmara Municipal de Sintra.



Artigo 12.º

Levantamento do mercado

1 - O levantamento do mercado deve iniciar-se após o encerramento do mesmo e deve estar concluído até 1 hora após o horário de encerramento.

2- Antes de abandonar o recinto do mercado, os titulares devem promover a limpeza dos espaços de venda que lhes tenham sido atribuídos, aplicando-se para o efeito e com as necessárias adaptações o disposto no artigo 31.º do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos do Concelho de Sintra, com as alterações vigentes aprovadas pela Assembleia Municipal de Sintra em 23 de Fevereiro de 2012.

3 - Os resíduos sólidos devem ser depositados nos recipientes destinados a esse efeito.

Capítulo III

Direitos e Obrigações

Artigo 13.º

Identificação do vendedor

1 - Nas bancas / estruturas os vendedores devem, sob sua responsabilidade, afixar, de forma bem visível e facilmente legível pelo público, uma placa da qual consta a sua identificação.

2 - As placas devem ser não perecíveis, de formato A6, em PVC ou devidamente plastificadas.

Artigo 14º

Documentos

1 – Sem prejuízo dos demais previstos na lei, o vendedor deve ser portador, para apresentação imediata às entidades fiscalizadoras, dos seguintes documentos:



- a) Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte ou Cartão de Cidadão;
- b) Título, emitido nos termos do artigo 6º;
- c) Número individual de pessoa colectiva, quando aplicável;
- d) Abertura de actividade junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e seu comprovativo.

2 - O Bilhete de Identidade ou o Cartão de Cidadão referidos na alínea a) do número anterior são substituídos pelo passaporte e, se exigível da autorização de residência, sempre que em presença de cidadão estrangeiro.

Artigo 15.º

Dever de assiduidade

1 — Para além dos demais deveres referidos no presente regulamento, cabe aos vendedores respeitar o dever de assiduidade comparecendo regular e pontualmente ao mercado.

2 — A não comparência injustificada a mais de dois mercados consecutivos ou quatro interpolados, no ano civil, é considerado abandono de lugar e determina a extinção do direito de ocupação, mediante decisão do eleito com competências próprias ou delegadas e subdelegadas, na área das actividades económicas.

3 — Consideram-se justificadas as seguintes faltas, após comunicação escrita ao serviço gestor:

- a) Por doença do vendedor, devidamente fundamentada;
- b) Por falecimento de familiar;
- c) Por férias ou outro motivo pessoal, devidamente fundamentado e que impossibilite a sua participação.

4 - A comunicação referida nas alínea c) do número anterior, deve ser efectivadas com a antecedência mínima de 15 dias úteis.



Artigo 16.º

Outros Deveres

Sem prejuízo dos demais deveres referidos no presente regulamento, os vendedores devem:

- a) Manter limpo e arrumado, durante o mercado o espaço da sua instalação de venda;
- b) Não utilizar qualquer forma de publicidade enganosa relativamente aos produtos expostos, nos termos da lei;
- c) Tratar de forma educada e respeitosa todos aqueles com quem se relacione no mercado, sejam eles vendedores, clientes ou trabalhadores das entidades fiscalizadoras e do Município;
- d) Dar conhecimento de qualquer anomalia ou dano verificado, no momento da ocupação ou posteriormente, ao serviço gestor ou demais trabalhadores que se encontrem no recinto;
- e) Colaborar com as entidades policiais, Polícia Municipal, ASAE, com os trabalhadores do serviço gestor e demais pessoal ao serviço do Município, com vista à manutenção do bom ambiente no mercado, em especial dando cumprimento às suas orientações.
- f) Acatar ordem legítima emanada dos trabalhadores municipais, e das autoridades policiais, não os insultando ou ofendendo a sua honra e dignidade, enquanto se encontrarem no exercício das suas funções;
- g) Ter a respectiva situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira;

Capítulo IV

Fiscalização e Tutela da Legalidade

Artigo 17.º

Privilégio da Execução Prévia

(Revogado)



Artigo 18.º

Fiscalização

1 - A fiscalização a exercer quanto ao presente regulamento incide, não só na verificação factual e na referenciação de todas as situações existentes quanto às referidas no respectivo artigo 1.º, com especial incidência nas que possam, de modo directo ou indirecto, violar disposições do presente Regulamento ou do regime jurídico que directa ou subsidiariamente seja aplicável, como ainda numa permanente acção de pedagógica de informação aos destinatários do mesmo e da diminuição dos casos de infracções.

2 - Dispõem de poderes de fiscalização para os efeitos do presente Regulamento:

- a) Os agentes das forças de segurança, designadamente da Guarda Nacional Republicana no âmbito da respectiva jurisdição;
- b) A Polícia Municipal enquanto polícia administrativa;
- c) Os fiscais municipais;
- d) Os técnicos e outros trabalhadores da unidade orgânica gestora, relativamente aos actos expressamente previstos no presente regulamento que lhes incumbam.

3 - Os fiscais municipais, agentes e outros elementos da polícia municipal e os colaboradores municipais referidos no número anterior, fazem-se acompanhar de cartão de identificação, exibindo-o sempre que solicitado.

4 - Os colaboradores incumbidos da actividade fiscalizadora podem recorrer às autoridades policiais, sempre que necessitem, para o desempenho célere e eficaz das suas funções.



Artigo 18.º-A

Apreensão cautelar

1 - Podem ser provisoriamente apreendidos pela fiscalização os objectos que serviram ou estavam destinados a servir para a prática de uma contra-ordenação, ou que por esta foram produzidos, e bem assim quaisquer outros que forem susceptíveis de servir de prova.

2 - Os objectos são restituídos logo que se tornar desnecessário manter a apreensão para efeitos de prova, a menos que a Câmara Municipal delibere declará-los perdidos a favor do Município.

3 - Em qualquer caso, os objectos são restituídos logo que a decisão condenatória se torne definitiva, salvo se tiverem sido declarados perdidos.

Artigo 18.º-B

Regras de conduta e responsabilidade

1- É dever geral dos trabalhadores municipais que exerçam actividade fiscalizadora a criação de confiança no público perante a acção da administração pública, actuando com urbanidade em todas as intervenções de natureza funcional, assegurando o conhecimento das normas legais e regulamentares que enquadram a matéria que esteja em causa, sob pena de incorrerem em infracção disciplinar, nomeadamente por defeituoso cumprimento ou desconhecimento das disposições legais e regulamentares ou de ordens superiores e em eventual responsabilidade civil extra-contratual, nos termos da Lei nº 67/2007 de 31 de Dezembro.

2- Os trabalhadores municipais, nomeadamente os que exerçam actividade fiscalizadora das actividades abrangidas pelo presente Regulamento que, por dolo ou negligência, deixem de participar infracções ou prestem informações falsas sobre infracções legais e regulamentares de que tiverem conhecimento no exercício das suas funções, são punidos nos termos da lei.



Artigo 18.º-C

Procedimentos Coercivos e Tutela da Legalidade

1 - Os procedimentos coercivos para tutela da legalidade são os genericamente previstos nos respectivos regimes jurídicos, especialmente desenvolvidos e concretizados no presente regulamento, sempre que necessário.

2 - As autorizações e demais actos previstos no presente regulamento podem, nos termos da lei, ser revogadas a qualquer momento, sempre que razões de interesse público o justifiquem ou quando, de modo patente, exista violação de preceitos legais.

3 - Nos casos em que, após interpelação e subsequente notificação presencial, o titular do espaço se recusar a retirar os bens, ou por inércia não retirar os mesmos do espaço em causa, a Câmara Municipal procede à sua remoção e armazenamento a expensas do próprio.

4 — Sempre que a Câmara Municipal proceda em conformidade com o estipulado no número anterior, os infractores são responsáveis por todas as despesas efectuadas, referentes à remoção e ao depósito, não sendo o Município responsável por qualquer dano ou deterioração do bem, nem havendo lugar a qualquer indemnização.

5 – A remoção, depósito do bem e as respectivas despesas são notificadas ao interessado, através de carta registada com aviso de recepção até 15 dias decorridos sobre a operação, devendo constar da mesma a discriminação dos montantes já despendidos pelo Município e o montante da taxa diária de depósito.

6 – A restituição do bem pode ser expressamente solicitada, no prazo de 8 dias, após a notificação prevista no número anterior, formalizada através de requerimento próprio segundo o modelo uniforme disponibilizado pela Câmara Municipal em www.cm-sintra.pt, sendo pagas aquando da apresentação do mesmo, todas as quantias devidas com a remoção e o depósito.



7 – Caso o infractor não proceda à diligência referida no número anterior dentro do prazo previsto, verifica-se a perda do bem a favor do Município de Sintra, o qual lhe dá, consoante o caso, o destino que for mais adequado.

8 – Às dívidas com a remoção e o depósito, caso não sejam voluntariamente pagas, aplicam-se os meios coercivos constantes do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Sintra.

Artigo 18.º-D

Estado de Necessidade Administrativa

1 - A Câmara Municipal de Sintra, no uso da sua autoridade, sempre que esteja em causa a relevância e a urgência da protecção dos bens jurídicos visados no presente regulamento, pode determinar a prática dos actos que se afigurem essenciais à luz da necessidade pública.

2 – São requisitos da aplicação do estado de necessidade administrativa, que:

- e) Se esteja perante uma situação urgente e verdadeiramente excepcional, caracterizada com base numa realidade concreta;
- f) Não seja possível à administração agir ao abrigo do princípio da legalidade;
- g) O interesse que afasta a observância do princípio referido na alínea anterior seja suficientemente importante para justificar o sacrifício do princípio.

3 – Os actos referidos no n.º 1 devem ser proporcionais e adequados à protecção dos bens em causa.

4 - Os actos podem ser objecto de execução directa pelos serviços competentes, ou mediante execução subrogatória, nos termos da legislação aplicável.

5 - A determinação da prática dos actos referidos nos números anteriores tem que ser devidamente fundamentada, designadamente com a invocação expressa e circunstanciada do preenchimento dos requisitos referidos no n.º 2.



Capítulo V

Sanções

Artigo 19º

Contra-ordenações e Coimas

1 - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei, constitui contra-ordenação a violação do disposto no presente regulamento punível com as seguintes coimas:

- a) a violação do disposto nos artigos 8º, 13º e 14º é punível com coima de 1/10 da Remuneração Mínima Mensal Garantida;
- b) a violação do disposto no número 1 do artigo 12º é punível com coima de 1/10 a 1/5 da Remuneração Mínima Mensal Garantida;
- c) a violação do número 2 do artigo 12.º fica sujeita a aplicação da coima prevista na alínea n) do número 1 do artigo 69.º do Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos do Concelho de Sintra com as alterações vigentes aprovadas pela Assembleia Municipal de Sintra em 23 de Fevereiro de 2012.

2 – A moldura abstracta eleva-se para o dobro quando o arguido for uma pessoa colectiva.

3 — A tentativa e a negligência são puníveis

Artigo 20º

Sanções acessórias

Em função da gravidade da infracção e da culpa do agente podem ser aplicadas as sanções acessórias previstas no Regime Geral de Contra-Ordenações.



Artigo 20º-A

Retribuição Mínima Mensal Garantida

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por Retribuição Mínima Mensal Garantida nos termos da legislação, a que estiver em vigor no momento da prática da infracção.

Artigo 20.º-B

Reincidência

1 - É punido como reincidente quem cometer uma infracção praticada com dolo, depois de ter sido condenado por outra infracção praticada com dolo, se entre as duas infracções não tiver decorrido um prazo superior ao da prescrição da primeira.

2 - Em caso de reincidência o limite mínimo constante da moldura contra-ordenacional é elevado para o dobro, não podendo a coima a aplicar em concreto ser inferior à anteriormente aplicada.

3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior a reincidência implica a aplicação da sanção acessória que for concretamente mais adequada nos termos do Regime Geral de Contra-Ordenações.

Artigo 21º

Processo contra-ordenacional

1 - A decisão sobre a instauração do processo de contra-ordenação, aplicação das coimas e das sanções acessórias é da competência do Presidente da Câmara, sendo delegável e subdelegável, nos termos da lei.

2 - A instrução dos processos de contra-ordenação referidos no presente Regulamento, compete ao Presidente da Câmara, salvo disposição legal em contrário.



3 - O produto das coimas previstas no presente Regulamento, mesmo quando estas sejam fixadas em juízo, constitui receita do Município.

Artigo 22º

Medida da coima

1 - A determinação da medida da coima far-se-á em função da gravidade da contra-ordenação, da culpa, da situação económica do agente e do benefício económico que este retirou da prática da contra-ordenação.

2 - Sem prejuízo do disposto no Regime Geral de Contra-Ordenações e dentro da moldura abstractamente aplicável, referida no artigo 19.º, a coima deve exceder o benefício económico que o agente retirou da prática da contra-ordenação.

Artigo 22.º-A

Responsabilidade civil e criminal

A aplicação das sanções supra referidas não isenta o infractor da eventual responsabilidade civil ou criminal emergente dos factos praticados.

Artigo 22.º-B

Cumprimento do dever omitido

Sempre que a contra-ordenação resulte de omissão de um dever, o pagamento da coima não dispensa o infractor de dar cumprimento ao dever omitido, se este ainda for possível.



Capítulo VI
Disposições Finais e Transitórias

Artigo 23º
Interpretação e integração de lacunas

Sem prejuízo da legislação aplicável, a interpretação e os casos omissos ao presente regulamento são resolvidos mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 24º
Revogação

A partir da entrada em vigor do presente regulamento são revogadas todas as normas de execução e procedimentos de carácter intra-orgânico adoptados pelos serviços que contrariem as suas disposições.

Artigo 25º
Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor decorridos 5 dias sobre a sua publicação em II Série de Diário da República, sem prejuízo da demais publicitação nos termos legais.



ANEXO

Declaração

Nos termos do número 5 do artigo 5.º do Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra

Proteção de Dados Pessoais:

A Câmara Municipal de Sintra garante a salvaguarda do direito à proteção de todos os Dados Pessoais, nos termos do disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), que sejam prestados voluntariamente pelo seu titular, apresentante do presente requerimento e cujo tratamento é expressamente autorizado por este (por serem necessários e fundamentais para a tramitação do pedido realizado), os quais serão tratados, de forma confidencial, estando os colaboradores da Câmara Municipal de Sintra obrigados a um dever de sigilo quanto aos mesmos.

Consideram-se «Dados pessoais» toda a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

Considera-se «Tratamento de dados», uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados



personais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

O consentimento do titular dos dados é dado mediante um ato positivo e claro que indique uma manifestação de vontade livre, específica, informada e inequívoca de que o titular de dados consente no tratamento dos dados que lhe digam respeito para efeitos, exclusivamente da tramitação do presente pedido de candidatura e de participação no evento, no âmbito do Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra, designadamente nome, identificação civil e fiscal.

Os dados pessoais supra não são transmitidos pela Câmara Municipal de Sintra, a entidades terceiras.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara Municipal;
- O Encarregado da Proteção de Dados →xxxxxxx com o seguinte contacto rgpd@cm-sintra.pt ;
- Os dados objeto de tratamento destinam-se somente ao tratamento da tramitação do pedido;
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo titular dos dados, incluindo a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos dados pessoais, podendo exercer de igual modo do direito de se opor á utilização dos mesmos;
- Tempo de conservação dos dados → Durante o período necessário à finalidade última dos processos que sejam decorrentes do registo (tramitação administrativa dos pedidos que o titular dos dados entenda fazer até ao seu termo e prazos de recurso gracioso e/ou contencioso), sem prejuízo da



conservação para fins de arquivo histórico em cópias de backup, nos termos de legislação especial;

- O Titular de Dados tem o Direito de apresentar Reclamação junto da autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados);
- O tratamento dos dados Pessoais neste âmbito, não constitui nenhuma obrigação legal ou contratual;
- O Titular dos Dados pode retirar o consentimento ao tratamento dos mesmos, sempre que esse tratamento disso dependa.

Declaração de Aceitação

(Nome e identificação da qualidade em que intervém)

(B.I., data e local de emissão/ Cartão de Cidadão/ Passaporte)_____

(NIF)_____ declaro a minha concordância com o lugar que me foi atribuído e mais declaro que tomo conhecimento e aceito o disposto no **Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra**

AUTORIZAÇÃO

O subscritor, titular dos dados, autoriza de forma clara e expressa a Câmara Municipal de Sintra a efetuar o tratamento dos seus dados supra para efeitos de candidatura e de participação no evento, no âmbito do Regulamento do Mercado "Brocante" e do Artesanato de Sintra

Data...../...../.....

Assinatura:_____



Certidão de Afixação

(1) Célia Guerra Luz

(2) Assistente Técnico

-----Certifico que, nesta data, afixei no Gabinete de Apoio ao Município, (3) o
Edital n.º 95/2019, (4) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara
Municipal, Dr. Basílio Horta, (5) referente ao Projeto de Revisão do
Regulamento do "Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.-----

-----Sintra, 20 de fevereiro de 2019.-----

(6) _____



Exmo.(a) Senhor(a)

Presidente da Junta de Freguesia

TODAS

Enviado por correio eletrónico

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DAAC/SAAG/11963

ASSUNTO: AFIXAÇÃO DE EDITAIS

Roga-se a V. Exa. o obséquio de mandar proceder à afixação nos lugares públicos do costume, do **Edital n.º 95/2019**, referente ao Projeto de Revisão do Regulamento do "Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.

Requer-se o envio da certidão de afixação.

Com os melhores cumprimentos,

**POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
NOS TERMOS DO DESPACHO N.º 79 - P/2017, DE 16 DE NOVEMBRO**

A VEREADORA


(Piedade Mendes)

/CL



(1) _____



Certidão de Afixação

(2)

Valter Manuel Antunes Januário
Presidente da Junta de Freguesia Alqueidão-Mem Martins

(3)

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o **Edital**
nº 95/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr.
Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Revisão do Regulamento do
"Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

----- 2 6 FEV. 2019 , / /2019.-----

O Presidente da Junta de Freguesia

(7) _____

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) Junta de Freguesia de Casal de Cambra

Certidão de Afixação

(2)

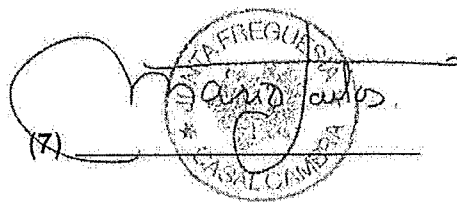
MÁRIO SANTOS
Presidente da Junta de Freguesia
de Casal de Cambra

(3)

-----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o Edital
nº 95/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr.
Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Revisão do Regulamento do
"Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

-----Casal de Cambra, 26/2/2019,-----

(7) 

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) _____



Certidão de Afixação

- (2) *Ana Margarida Lopes e Sousa*
(3) *Assistente Administrativa (técnica)*

---Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o Edital nº 95/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Revisão do Regulamento do "Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

----*Colares* 25/2/2019.-----



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) JUNTA DE FREGUESIA DE RIO
DE MOURO

Certidão de Afixação

(2) BRUNO ALEXANDRE NOBRE PAZREIRA

(3) PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA

---Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o Edital
nº 95/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr.
Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Revisão do Regulamento do
"Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.-----

---Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

--- RIO DE MOURO 26/02/2019.-----



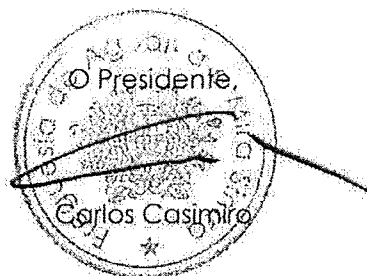
(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.



Certidão de Afixação

Carlos Miguel Casimiro Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Agualva e Mira Sintra, certifica que nesta data, afixou nos locais de estilo, do **Editais nº 95/2019**, referente ao Projeto de Revisão do Regulamento do "Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.-----

Agualva-Cacém, 25 de fevereiro de 2019.-----



/PS

(1) Junta de Freguesia de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar

Certidão de Afixação

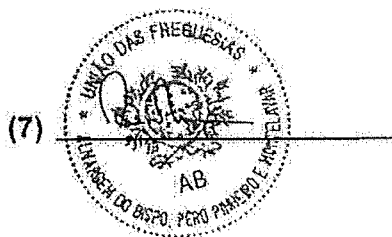
(2) Rui Alexandre de Jesus Maximiano

(3) Presidente da Junta de Freguesia

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o Edital nº 95/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Revisão do Regulamento do "Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.-----

-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

-----Almargem do Bispo, 25/02/2019.-----



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) União das Freguesias do Cacém e São Marcos

Certidão de Afixação

(2) Paulo José Barroso Adrego

(3) Vogal,

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o Edital nº 95/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Revisão do Regulamento do "Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

---- Cacém 26/02/2019.-----

(7)



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) J.F. de ASSUNÇÃO F. ALMEIDA

Certidão de Afixação

(2) SORBA ALMEIDA

(3) ASSISTENTE TÉCNICA

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o Edital nº 95/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Revisão do Regulamento do "Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

--- Teresa Almeida, 25/02/2019.-----



(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) União das Freguesias de Queluz e Belas

Certidão de Afixação


(2) **Paula Maria Correia Guitas Lalande**

(3) **Assistente Técnica**

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o **Editais**
nº 95/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr.
Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Revisão do Regulamento do
"Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

----Queluz, 06/03/2019.-----

(7) 
União das Freguesias
Queluz e Belas

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.



Certidão de Afixação

Fernando Nunes Miguel Andrade, Assistente Técnico

Da União das Freguesias de S. JOÃO DAS LAMPAS e TERRUGEM

(2)

(3)

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o Edital nº 95/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Revisão do Regulamento do "Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.-----

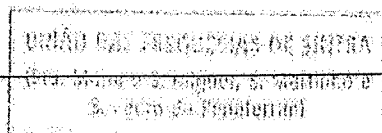
-----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

----- S. João | 05 | 25/2/2019.-----

(7)  União das Freguesias 
S. João das Lampas e Terrugem

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.

(1) _____



Certidão de Afixação

(2) *Fernando Pereira*

(3) *Presidente*

----Certifico que, nesta data, afixei nos locais públicos do costume, (4) o Edital nº 95/2019, (5) emanado do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Basílio Horta, (6) referente ao Projeto de Revisão do Regulamento do "Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.-----

----Por ser verdade e para os devidos efeitos passo a presente que assino.---

----- *Sintra* 25/02/2019.-----

(7) _____

(1) Identificação da Junta de Freguesia/União das Freguesias (2) Nome (3) Categoria. (4) Edital, Aviso, etc. (5) Entidade que publica o documento. (6) Indicação do assunto. (7) Assinatura e selo branco ou carimbo.



SINTRA

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDÊNCIA

AVISO


Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do n.º 2 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, e submetido a consulta pública, o **Projecto de Revisão do Regulamento do "Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra**, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação de Aviso em II Série do Diário da República, estando o texto disponível mediante afixação do Edital n.º 95/2019 nos locais de estilo e no sítio electrónico oficial do Município em www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Município, Lg.º Dr. Virgílio Horta, 2710 SINTRA, através do fax 219238551, ou ainda através do e-mail dju@cm-sintra.pt.

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

Paços do Município de Sintra, 15 de Fevereiro d 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



(Basílio Horta)



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



AVISO

Basilio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do nº2 do ponto 4.º da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de Outubro de 2017 sobre a Proposta nº 824-P/2017, de 25 de Outubro de 2017, e submetido a consulta pública, o Projecto de Revisão do Regulamento do "Mercado Grosista" e do Artesanato de Sintra, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 402/18 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data de publicação de Aviso em II Série do Diário da República, estando o texto disponível mediante aplicação do Edital nº 86/2018 nos locais da sede e no sítio electrónico oficial do Município em www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no nº 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Município, Lda Dr. Virgílio Horta, 2710 SINTRA, através do fax 210238661, ou ainda através do e-mail ajm@cm-sintra.pt.

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

Faço do Município de Sintra, 15 de fevereiro de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA


(Basilio Horta)





**PROJECTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO
DO MERCADO "BROCANTE" E DO
ARTESANATO DE SINTRA**

CONTRIBUTOS DA CONSULTA PÚBLICA



Carlos Manuel Pinheiro Silva Bordado

De: Jose Almeida <jcarneirodealmeida@gmail.com>
Enviado: quarta-feira, 6 de março de 2019 10:05
Para: dju
Cc: Sónia Paula Ramos Barata
Assunto: Editas 95 /2019 Proj Revisao do Regulamento do "Mercado Brocante e de Art de Sintra

Sinal. de seguimento: Dar seguimento
Estado do sinalizador: Sinalizado

Ass: PROJETO DE REVISAO DO REGULAMENTO DO MERCADO BROCANTE E DO ARTESANATO DE SINTRA ED nº 95 /2019

Exmo Sr Presidente da C M Sintra

Só agora tendo tido conhecimento do texto do projeto de revisão do regulamento do Mercado Brocante de Sintra , e tendo eu participado ininterruptamente na mesma desde a sua criação e não tendo sido avisado por qualquer Vosso colaborador , assim como, o meu não conhecimento da publicação do estatuído no nº1 do art 98 do CPA com a dita publicação no site dessa câmara , só agora e por minha solicitação escrita aos Vossos serviços tive conhecimento do projeto de revisão do mesmo.

No intento de ajudar ao bom funcionamento dessa atividade e já tendo participado na organização de várias atividades do mesmo ramo parece-me que deverá ser tido em conta o que passo a expor :

1º As datas propostas do primeiro terceiro sábados de cada mês **deveram ser considerados eventos separados** como se de dois eventos se trate uma vez que, já duas feiras no mesmo local com uma pequena circulação de publico e poucas bancas não é costume que se torne atrativo ao publico, levando aos poucos os agora interessados em participar , as faltas de assiduidade, e presenças muito irregulares , como acontece neste momento.

2º Partindo no entanto do pressuposto de duas feiras mensais , **deveriam ser autónomas** na inscrição nos pagamentos ao exemplo do que se passa na maioria dos eventos idênticos.(Ex Feira de Belém , Feira da Av da Liberdade etc.) podendo o participante escolher um dos dois dias ou simultaneamente os dois.

O quinto sábado dos meses em que este existe no calendário realizar-se-ia por decisão do delegado da organização.

3º Art 1 nº 2 O texto deveria acrescentar , O mercado destina-se para além das peças artesanais "**de fabrico por artesões presentes**" exclusivamente

4º Art 3º nº 3no seu texto deveria acrescentar uma alteração para " a periodicidade e o horário podem ser objeto de alteração "**após aviso prévio aos feirantes**" mediante

5º Art 4 nº 1 tirar no texto "**por categoria**"

6º Art 4 nº6 **definir proporção de valor**

7º **O valor a pagar por participante ao exemplo de outras câmaras , a unidade será de um lugar , neste caso de 3X2 m2 ,por dia e nunca por um conjunto de feiras que obrigatoriamente terão de ser comprida ,sendo a cobrança dos mesmos feita com três meses de antecedência, criando um art.º que definia a não devolução da verba em caso de falta. (Ex Mercado do 1º Sabado Primeiro trimestre de ----)**

Esperando que estas sugestões possam ser revelantes no âmbito da organização de uma feira que contribuía para uma boa imagem de Sintra ,

Ao Vosso dispor,

Cumprimentos

N.º SM 17737/2019

Sintra, 22-04-2019 11:09:19

Assunto: PROCESSO JURÍDICO Nº 636/2018 - PROJECTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO DO
"MERCADO BROCANTE" E DO ARTESANATO DE SINTRA – SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA –
Artigo 101º do CPA – CONTRIBUTOS

CARLOS MANUEL
PINHEIRO DA SILVA
BORDADO

Digitally Signed by CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO
DN: CN=CARLOS MANUEL PINHEIRO DA SILVA BORDADO, SERIALNUMBER=DCPT-05314568,
Title=Technico Superior, OU=Certificado para Pessoa Singular, OU=DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS,
O=MUNICÍPIO DE SINTRA, C=PT
Reason: Pânico
Date: 2019-04-22T10:13:12

Concordo.

Solicite-se ao GAMQ que informe a DJUR se presencialmente ou por escrito foram apresentadas sugestões ou contributos no âmbito do presente procedimento, nos termos propostos.

Lúcia de Fátima
Barreira Dias Vargas

Digitally Signed by Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas
DN: CN=Lúcia de Fátima Barreira Dias Vargas,
SERIALNUMBER=DCPT-110068878, Title=Chefe de Divisão, OU=Certificado para Pessoa Singular,
OU=Divisão de Assuntos Jurídicos, O=Município de Sintra, C=PT
Reason: Pânico
Date: 2019-04-22T10:46:36

A DJUR informando que consultado o Sistema de Gestão Documental, não se verificou o registo no Gabinete de Apoio ao Município, de sugestões nem contributos relativos ao Projeto de Revisão do "Mercado Brocante" e do Artesanato de Sintra.

MARIA LÚCIA MATOS
BERNARDES DE
LUCIANO

Digitally Signed by MARIA LÚCIA MATOS BERNARDES DE LUCIANO
DN: CN=MARIA LÚCIA MATOS BERNARDES DE LUCIANO, SERIALNUMBER=8110994507, O=MARIA LÚCIA, SN=MATOS BERNARDES DE LUCIANO,
OU=Assinatura Qualificada do Cidadão, OU=Cidadão Português, O=Cartão de Cidadão, C=PT
Reason: Pânico
Date: 2019-04-24T17:48:49



NOTA INTERNA

Para: Exma. Senhora Chefe da DJUR – Dra. Lúcia Vargas

Nº. SM 17737

Serviço: DJUR

De: Técnico Superior Jurista Carlos Bordado - DJUR

Data: 22.ABR.2019

ASSUNTO: PROCESSO JURÍDICO Nº 636/2018 - PROJECTO DE REVISÃO DO REGULAMENTO DO “MERCADO BROCANTE” E DO ARTESANATO DE SINTRA – SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA – Artigo 101º do CPA – CONTRIBUTOS

Na sequência da submissão a **Consulta Pública** do Projecto em epígrafe, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da publicação do Aviso n.º 4564/2019 em II Série do Diário da República n.º 54 no dia 18 de Março de 2019 (ANEXO) sou de propor que se **solicite ao GAMQ** informação sobre se, presencialmente ou por escrito foram apresentadas sugestões ou contributos no âmbito referido.

Todavia, à consideração superior.

O Técnico Superior Jurista,

(Carlos Bordado)



NOTA INTERNA

MUNICÍPIO DE SINTRA

Aviso n.º 4564/2019

Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, torna público que, ao abrigo do n.º 2 do ponto XXI da deliberação da Câmara Municipal de Sintra tomada em 30 de outubro de 2017 sobre a Proposta n.º 824-P/2017, de 25 de outubro de 2017, é submetido a consulta pública, o Projeto de Revisão do Regulamento do “Mercado Brocante” e do Artesanato de Sintra, nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente Aviso em 2.ª série do *Diário da República*, estando o texto disponível mediante afixação do Edital n.º 95/2019 nos locais de estilo e no sítio eletrónico oficial do município em www.cm-sintra.pt.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme disposto no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra, entregues no Gabinete de Apoio ao Munícipe, lg. Dr. Virgílio Horta, 2710 Sintra, através do fax 219238551, ou ainda através do *e-mail* dju@cm-sintra.pt.

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que mesma se reporta, sob pena de rejeição liminar.

15 de fevereiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Basílio Horta*.
312082351